

OUTRAS ROTAS

Trabalho voluntario gera satisfação e comprometimento entre família e escola

AUTOR (ES): **INGRID VOGL** 27 / MAR / 2017



A dona de casa Kátia Regina Missio Generoso tem presença constante na Escola Estadual Prof. Luiz Gonzaga da Costa, no bairro São João em Campinas/SP. Popular entre a equipe gestora, professores, alunos e funcionários, ela ajuda na entrada e saída dos estudantes, auxilia no trabalho da cantina e faz o que mais precisar na rotina escolar. Kátia é mãe voluntária na escola há sete anos.

Frequentera da escola desde os oito anos de idade, Kátia Generoso fez todo o ensino fundamental e médio na Luiz Gonzaga, participante da 1ª edição do projeto FEAC na Escola, que tem como objetivo contribuir para a melhoria do desempenho escolar dos alunos e a promoção de uma escola acolhedora, estimulante e eficaz.

A escola está a cerca de 500 metros de sua casa que fica em frente aos muros desenhados e coloridos da unidade escolar, e também é onde os filhos gêmeos, Matheus e Murilo, de 16 anos, estudam e estão agora no 3º ano do ensino médio.

“Sou da família Missio, que há muitos anos mora na região do bairro São João e sempre tive um vínculo muito grande com as pessoas da escola. O tempo foi passando, vieram os filhos que foram matriculados no colégio e o vínculo se tornou maior. Quando os meninos já estudavam aqui, a escola propôs que os pais se aproximassem e participassem mais da vida escolar dos filhos, e eu topei”, contou Kátia Generoso.

Em reuniões de pais, ela ajuda na organização dos encontros e também nas festas promovidas pela escola em esporádicos fins de semana. Mas como mãe e voluntária, a gestão da escola garante que separa muito bem quando Kátia Generoso participa como mãe nas reuniões de pais e quando ela está trabalhando voluntariamente.

“A ajuda da Kátia e de outras mães é um fator muito positivo, porque ela acompanha e entende todo o processo pedagógico e de aprendizagem da escola e isso acaba ajudando no desenvolvimento dos filhos em casa. É também um prazer, porque compreendendo toda a rotina escolar, ela acaba ajudando a escola a dar certo, e conseqüentemente, transmite isso para os filhos, que ficam mais engajados em estudar e levar o aprendizado a sério”, avaliou a diretora da escola, Mara Cristina Spalletta Cyrino, que há 14 anos está na gestão da EE Prof Luiz Gonzaga da Costa.

Na opinião da diretora, que afirma ter um canal aberto com a comunidade, esta participação cria um vínculo de respeito entre famílias, alunos e equipe escolar. “Se a comunidade está junto com a escola fica muito mais tranquilo para enfrentar desafios e dificuldades. O benefício é duplo: para a escola que

desempenha seu papel com mais satisfação e para os pais que confiam na escola”, ressaltou Mara Cyrino.

Mara tem razão em valorizar a parceria família e escola, já que esta é uma relação essencial para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças e adolescentes. É preciso que a família esteja presente e acompanhe a rotina escolar para ajudar e monitorar a escola em sua meta de cumprir a proposta pedagógica planejada. Com uma efetiva participação, soluções para os desafios escolares podem ser criadas e assim, família e escola almejam atingir seus objetivos na formação dos alunos.

Uma maneira de ter a participação efetiva da família nas escolas é a construção de espaços escolares para a discussão de desafios, problemas e outras questões relacionadas aos alunos. “Quando falamos de família e escola, falamos de um dos grandes problemas que no Brasil ainda estamos aprendendo a enfrentar. Outros países já conseguiram entender, inclusive em termos de políticas públicas, o quanto essa parceria é fundamental, e que não se resume em chamar os pais para reuniões, festas ou para pagar um bingo na escola, mas significa chamá-los para participar dos conselhos e ouvir suas opiniões para que eles ajudem a avaliar a escola”, avaliou Luciene Tognetta, pedagoga e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Moral (GPEM) da Faculdade de Educação da Unicamp.

Respeito com afeto

Circulando pela escola, que tem cerca de 1.050 alunos matriculados no ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos nos períodos matutino, vespertino e noturno, Kátia Generoso é sempre muito bem recebida. Logo que Ana Carolina Giacomello Magmimi, Gabriely Vitória da Silva e Anna Júlia Gonçalves de Assis avistam a voluntária no grande pátio, as alunas do 5º ano interrompem o ensaio para a apresentação de dança que estão preparando para as comemorações do Dia da Mulher e a recebem com calorosos beijos e abraços.

“É muito legal ter a Kátia aqui. Sei que ela é mãe de dois alunos que estudam à noite. Acho importante ter os pais na escola para o desenvolvimento das crianças”, disse Anna Julia, com a sabedoria de seus 10 anos. “Ela (Kátia) pega no nosso pé e sempre pergunta se a gente está fazendo a lição, mas

isso é bom, porque faz parte da nossa obrigação”, completou Ana Carolina com um tímido sorriso.

Quando está na escola, Kátia Generoso também se transforma na “tia da cantina” nos intervalos das aulas. O lugar cheio de coloridas guloseimas é concorrido pelos alunos que fazem fila para aguardar pacientemente sua vez de fazer o pedido. Com paciência, atenção e carinho, Katia atende um a um, ajudando os menores a fazer as contas que ainda são novidades em suas vidas, ou até mesmo na escolha dos produtos, quando a quantia foi juntada por dois ou três alunos que querem dividir a compra. A cantina pertence à Associação de Pais e Mestres (APM) da escola e o dinheiro arrecadado com as vendas ajuda em pequenas manutenções na escola.

“É um prazer estar na escola, ela é uma extensão da minha casa. Fui muito bem acolhida pela equipe de profissionais e também pelos alunos, todos são como uma família para mim. Acredito que este trabalho voluntário um dia vai servir para meus netos, assim como está sendo importante para meus filhos, e também para filhos de amigos meus, para pessoas que estão vindo para a escola. Essa relação mais próxima com os filhos aqui é essencial para que os pais acompanhem a rotina e o planejamento escolar para o ano todo. O filho se sente mais acolhido e seguro quando os pais estão por perto, e quando acompanhamos a vida escolar dos filhos, acabamos nos aproximando também dos amigos deles e ficando amigos de outros pais. É uma grande satisfação vê-los crescer, aprender e se desenvolver. Isso me traz uma grande felicidade e a certeza de que quero continuar fazendo este trabalho voluntário por muitos anos”, disse Kátia Generoso, que tem no olhar e no sobrenome, a generosidade de alguém que doa tempo e talento para um bem comum.

Creche: Adaptação com a participação dos pais gera

segurança e tranquilidade aos pequenos

AUTOR (ES): **INGRID VOGL** 22 / MAR / 2017



“Filha, bom dia, estamos indo para a creche e a mamãe vai te deixar lá e depois vai te buscar.”

A fala é repetida todas as manhãs por Maria Graziela Souza de Jesus à sua filha Laura, de 11 meses. A mãe garante que a criança compreende o que diz. Desde janeiro deste ano, a pequena frequenta a Unidade Educacional Centro de Formação Semente da Vida, no bairro Nova Flamboyant em Campinas/SP.

Em cinco dias, Laura estava totalmente adaptada à nova rotina na creche, graças a um novo procedimento de recepção das crianças adotado pela entidade, inserindo os familiares na fase de adaptação dos pequenos.

A Associação Amigos da Criança (AMIC Village), também adotou o procedimento diferenciado para acolher as crianças que pela primeira vez frequentam a creche, e teve resultados positivos imediatos com o novo acolhimento.

“Nos anos anteriores, a adaptação consistia nos pais deixarem a criança aqui e irem embora, como acontece na maioria das creches. Este procedimento era mais demorado e sofrido para as crianças, porque era uma ruptura da criança com o mundo no qual estava acostumado. Com esta nova acolhida, reduzimos o tempo de adaptação. Algumas crianças levaram somente três dias para se familiarizarem com a creche. Outras demoram um pouco mais, mas o processo traz muito mais segurança à família, tranquilidade às crianças e conhecimento sobre os hábitos dos pequenos à equipe de educadores”, afirmou Amanda Aparecida Verzaro, orientadora pedagógica da AMIC Village.

Maria Teresa Couceiro Ferreira, orientadora pedagógica da Semente da Vida, lembrou que o antigo procedimento de acolhimento era exaustivo para a criança e também para a equipe da entidade. “Mudamos a dinâmica do acolhimento. Incluímos um pai ou responsável pela criança e diminuimos o tempo de permanência, que passou a ser das 7h30 às 9h30 e a tarde das 13h às 15h”, explicou.

Neste período junto aos filhos nas creches, os familiares acompanhavam a nova rotina das crianças, como a hora da alimentação, o momento do banho. “Percebemos que as mães que estão fazendo o acolhimento estão felizes, mais seguras e que já confiam e valorizam o nosso trabalho, porque elas presenciam o olhar carinhoso e cuidadoso das profissionais com as crianças e percebem que nossa atividade colabora com o desenvolvimento da criança”, avaliou Amanda.

“Um dos pontos mais positivos desta nova maneira de fazer o acolhimento é a aproximação da família com a instituição. Já se cria um vínculo entre direção, professores e famílias. Os pais percebem que aqui temos uma unidade de convivência e trabalho e que não existe superioridade para tratar com a criança. Isso quebrou qualquer barreira que poderia existir”, observou Maria Teresa.

Mudanças

Tanto na AMiC Village quanto na Semente da Vida, entidades parceiras da Fundação FEAC, a percepção de que o acolhimento às crianças precisava mudar aconteceu a partir dos encontros de formação que ocorreram durante todo o ano de 2016 nas creches dentro do programa Primeira Infância em Foco, ligado ao Departamento de Educação da FEAC.

“A mudança foi feita a partir da orientação e sugestão da Andrea Patapoff. Com um olhar para a primeira infância, ela viu possibilidades que poderiam deixar o trabalho na creche melhor e mais qualificado, e uma das questões apontava para a transformação deste espaço no sentido de trazer mais segurança e confiança entre os membros da comunidade escolar”, disse Maria Teresa.

Na AMiC Village, foi a formadora Leila Oliveira que chamou a atenção da equipe sobre a necessidade de realizar a adaptação com os pais e assim, garantir que a aproximação com as famílias acontecesse desde o primeiro contato com a entidade.

“A possibilidade das mães acompanharem todo o trabalho realizado dentro da entidade, ao mesmo tempo que a equipe conhece as particularidades das crianças, é muito gratificante. A família está acreditando mais em nosso trabalho, levando novos conhecimentos sobre a evolução de seus filhos e percebe que aqui tudo é pensado para a criança, que se desenvolve com mais plenitude e autonomia”, frisou Amanda, que já planeja aprimoramentos para o acolhimento do próximo ano. “Queremos ampliar o acolhimento e trazer também familiares de crianças mais velhas para conhecerem o cotidiano da creche”. NA AMiC, 40 crianças estão na fase de adaptação e na Semente da Vida, 22 já passaram pelo processo desde janeiro de 2017.

Desenvolvimento

O período de adaptação dos pequenos na creche é essencial, pois as experiências iniciais influenciam em seu desenvolvimento. A criança, quando chega ao novo ambiente, já possui identificação com a figura de um adulto e apresenta um comportamento de apego em relação ao mesmo. A segurança transmitida pela figura de apego traz implicações diretas ao bem-estar e desenvolvimento da criança.

“Se a figura de apego – algum familiar- permanecer na creche durante o período de adaptação, isso vai proporcionar uma base segura para o pequeno estabelecer vínculos afetivos, tanto com as educadoras como para explorar o novo ambiente, tornando-os conhecidos”, explicou a assessora técnica do Departamento de Educação da FEAC, Adriana Silva.

Segundo Adriana, a experiência do familiar estar na creche e cuidar do filho na presença do educador foi extremamente positiva e gerou na criança um sentimento de segurança, ao mesmo tempo em que possibilitou ao educador aprender sobre o bebê. Assim, os sentimentos dos pais foram positivos, promovendo uma aproximação com a creche.

Aprovação

Quando a direção da Semente da Vida propôs a mudança do acolhimento das crianças no início de 2017, os familiares aceitaram e aprovaram imediatamente a mudança. “A gente teve a noção de como é o dia a dia das crianças na creche e os cuidados das professoras e monitoras com eles. Eu pude acompanhar tudo: a hora do lanche, da brincadeira, e todas as outras atividades da entidade. Isso despertou minha consciência para a importância dos pequenos vivenciarem esta rotina da creche, e como isso influencia diretamente o desenvolvimento deles”, afirmou Talita Cristina de Jesus Gomes, que este ano acompanhou a filha mais nova, Ana Júlia, de nove meses, em seus primeiros dias na nova rotina escolar.

“Achei ótimo esse período de adaptação. Me passou mais segurança ver o comportamento dela aqui na creche e perceber que a equipe é muito prestativa. E ela também se adaptou sem estresse porque eu estava por perto. Assim, vou trabalhar tranquila”, definiu Maria Graziela, a mãe da Laura.

Adaptação e arte

Na AMIC Village, as mães que foram acompanhar a adaptação dos filhos contaram ainda com uma oficina de artesanato oferecida em parceria com o Projeto Intergeracional da Secretaria Municipal de Cidadania Assistência e Inclusão Social.

Segundo a arte educadora Silvia Helena Martins Bearzotti, na oficina realizada uma vez por semana, a intenção é que os participantes aprendam a fazer brinquedos para seus filhos, a partir da noção de costura e técnicas artesanais. “O principal objetivo é promover o relacionamento entre os familiares e educadores e aproximar as mães da escola.

Concentrada em recortar o colorido feltro que se transformará em um urso para a filha Eloísa, de 1 ano e quatro meses, Maria Auxiliadora da Silva disse estar surpresa e feliz com a nova rotina da filha na creche. “A princípio eu queria que minha filha viesse pra creche só a partir dos 4 anos, mas devido à minha necessidade, precisei que ela entrasse agora na entidade e mudei de opinião. Hoje eu penso que ela poderia ter entrado mais cedo. Quando a gente acompanha e entende a rotina da creche, podemos ver o carinho que a equipe tem pelas crianças e também pelas mães e hoje tenho convicção da qualidade do trabalho desenvolvido aqui na AMIC. Sei que aqui é um lugar bom para que minha filha possa brincar feliz, se sentir segura, socializar com outras crianças e ter uma rotina. Pra mim, a adaptação foi ótima, porque acabou com qualquer pensamento ruim sobre como minha filha estaria reagindo a esta adaptação comigo à distância. Saber que estou há poucos metros da Eloisa para qualquer coisa que ela possa precisar de mim, é muito reconfortante. Aqui não há barreiras para que o trabalho da escola seja conhecido e acompanhado pelos pais”, definiu.

Saiba mais: Semente da vida: www.sementeda vida.org.br

AMIC Village: www.amic.org.br

O que as crianças podem aprender cantando e ouvindo canções?

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 09 / FEV / 2017



Os benefícios que o contato com a música pode oferecer às crianças são grandiosos. Conforme afirma a psicomotricista e pedagoga Carolina Elisabeth de Oliveira em entrevista ao Laboratório de Educação, a vivência corporal do ritmo é essencial para o desenvolvimento da linguagem, ajudando na compreensão de entonações e da musicalidade presente na fala e reproduzida posteriormente no raciocínio necessário à leitura e à escrita.

Além disso, cantar para a criança ou convidá-la a fazê-lo estimula ainda mais aspectos interessantes que contribuem para seu desenvolvimento. As palavras presentes na canção, por exemplo, ao serem ouvidas e repetidas ampliam o vocabulário e exercitam a pronúncia. Mesmo que a criança ainda não compreenda o conteúdo da música ou mesmo o significado de algumas das palavras, aos poucos se familiarizará com elas e perceberá que aparecem relacionadas a diferentes contextos.

Outra questão importante atrelada às canções, especialmente de tradição popular, diz respeito à transmissão cultural. As letras e melodias são algo construído e compartilhado socialmente; contam sobre hábitos, crenças, tradições, histórias, brincadeiras e sobre o imaginário presente em nossa cultura. Aproximar a criança desse universo é convidá-la a conhecer mais sobre si e sobre o mundo que a cerca, levantando reflexões sobre as próprias origens, pertencimento e identidade cultural.

Não podemos esquecer também, que, do ponto de vista afetivo, cantar com a criança no dia-a-dia é um hábito muito favorável. Nesse momento lúdico, ocorrem trocas de olhares e de sorrisos que fortalecem os vínculos. Além disso, as canções que acompanham situações cotidianas como a hora de dormir, das refeições e da higiene, por exemplo, apresentam a rotina numa

linguagem acessível, prazerosa e consistente, o que favorece a sensação de segurança e de familiaridade aos pequenos.

Impossível esgotar a multiplicidade de contribuições advindas do cantarolar com as crianças ou da escuta de uma boa música. Aqui levantamos apenas alguns aspectos que revelam: cantar educa! Você tem incorporado essa atividade nos momentos de interação com a criança? Que tal ter algumas ideias de como fazer isso por meio do Apprendendo, aplicativo do Toda Criança Pode Aprender?

Laboratório de Educação lança o aplicativo Apprendendo

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 09 / DEZ / 2016



Desde 2013, a plataforma de conteúdos e referências Toda Criança Pode Aprender, do Laboratório de Educação, oferece um conjunto de reflexões e exemplos de como as crianças demonstram cotidianamente o quanto já sabem e se perguntam sobre o mundo ao seu redor. Defende-se a ideia de

que a aprendizagem é um processo contínuo, que permeia todos os momentos da vida das crianças e que pode ser potencializado pelos adultos com os quais convivem por meio da promoção de interações significativas com o universo que as rodeia. Mas como fazer isso no dia a dia? De que forma tornar situações corriqueiras momentos ricos de aprendizagem?

A equipe do Laboratório de Educação questionou-se sobre isso e, a partir dos conteúdos dos posts do Toda Criança Pode Aprender, desenvolveu um aplicativo gratuito chamado Apprendendo. Destinado aos adultos, a proposta é dar sugestões que ajudem a colocar em prática as ideias e as reflexões que são exploradas nos textos. Para isso, são descritas atividades simples, facilmente incorporáveis aos momentos rotineiros de convívio entre adultos e crianças.

É possível visualizar as atividades do aplicativo por ambientes “Dentro de Casa” e “Fora de Casa”. Ao selecionar ambientes, aparecem sugestões de locais que são frequentemente parte do cotidiano das crianças, tais quais “Quarto”, “Banheiro”, “Rua” etc. As propostas abarcam faixas etárias de 1 a 10 anos e muitas vezes podem ser realizadas com crianças de idades diferentes, a partir de algumas adaptações. Além das opções disponíveis no lançamento, o Apprendendo será alimentado sistematicamente pela equipe, com mais “ambientes” e novas atividades.

Como o processo de aprendizagem requer repetições constantes para de fato ser efetivo, **a ideia do aplicativo não é oferecer uma grande quantidade de sugestões, mas sim propostas que possam ser repetidas até que sejam incorporadas no dia a dia de adultos e crianças que interagem com frequência.** Dessa forma, todo instante é aproveitado como hora de aprender!

O Apprendendo também oferece a possibilidade de criar um **álbum de aprendizagem** das crianças. Sugere-se fotografar os momentos de realização das atividades para depois poder observar o processo como um todo, percebendo o quanto as crianças se desenvolvem e encontram soluções criativas e diferentes para solucionar desafios. O álbum também pode ser baixado e impresso e, quem quiser, também pode compartilhar as imagens com familiares e amigos.

Como se dá o início do raciocínio matemático na infância?

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 18 / NOV / 2016



Tendemos a pensar que alguns conhecimentos complexos, como os matemáticos, são desenvolvidos pelas crianças apenas a partir de atividades escolares direcionadas. Entretanto, antes mesmo de entrar na escola, os pequenos já começam a elaborar certas compreensões a partir do que observam, vivenciam e experimentam. Isso dará base e auxiliará para que posteriormente possam entrar em contato com raciocínios mais elaborados.

Como será que se dá a aprendizagem dos rudimentos da matemática em crianças muito pequenas? De que forma podemos favorecer esse processo? O professor Jeff Bisanz, da Universidade de Alberta no Canadá, realizou diversas pesquisas sobre o tema e algumas das informações que obteve foram divulgadas pela Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância. Veja a seguir algumas delas:

-Aos 6 meses: Nessa fase, as crianças gradualmente conseguem perceber a diferença entre pequenos conjuntos de elementos com quantidades diferentes (por exemplo, um pote com 2 e outro com 3 morangos colocados lado a lado). Também são capazes de distinguir conjuntos com maior quantidade de objetos, caso a diferença entre os agrupamentos seja significativa (por exemplo, um recipiente com 16 bolinhas de gude e outro com 32).

-A partir de 3 anos: Nesse momento, as crianças são capazes de contar até 10 de forma cada vez mais autônoma. Elas conseguirão, aos poucos, utilizar esse conhecimento para contar quantos objetos existem em uma determinada situação. Convidá-las a fazer esse exercício de forma descontraída é uma forma de ajudá-las a dominar cada vez mais essa habilidade. Isso também favorece que compreendam de forma cada vez mais consistente o significado dos números (por exemplo, a noção de que 4 é sempre mais do que 2 e 5 é sempre menos do que 6 quando pensamos em quantidade de elementos).

-Aos 6 anos: Nessa idade, as crianças já conseguem contar com maior habilidade, chegando a quantidades maiores. Já começam a compreender de forma mais desenvolvida as relações entre quantidades diferentes e o significado dos números. Podem chegar a fazer somas e subtrações simples.

É importante que os adultos favoreçam oportunidades de a criança explorar o raciocínio matemático de forma natural e lúdica. Isso fortalecerá seu interesse pelo assunto, permitindo também uma compreensão dos contextos em que a matemática está presente na rotina. Algumas possibilidades interessantes com esse intuito, apontadas por Jeff, são jogos de tabuleiro, brincadeiras com cubos, dados e quebra-cabeças, contar objetos, figuras ou partes do corpo junto com a criança de forma divertida e utilizar linguagens como a arte e a

música para lidar com quantidades (por exemplo: desafiar a criança a desenhar 3 laranjas e 1 maçã ou batucar um tambor num determinado ritmo).

Além das situações citadas pelo pesquisador, outras investigações apontam que as crianças pequenas também aprendem, desde cedo, os diferentes contextos em que os numerais aparecem socialmente, nem sempre representando quantidades, como no caso de números de telefone. Com pequenas ajudas, avançam na contagem de objetos (por exemplo, conforme lhes oferecemos os chamados “marcos”, 10, 20, 30 etc., as crianças, de posse dessa informação, conseguem seguir contando: “31, 32, 33...” e aprendem sobre as regularidades ali presentes). Por volta dos 5, 6 anos, são ainda capazes de multiplicar e dividir, lidando com quantidades menores e não de forma convencional, mas a partir de suas próprias estratégias.

Vale ressaltar que quanto mais oportunidades a criança tiver de entrar em contato com a linguagem matemática espontaneamente antes da idade escolar, mais fortalecida ficará a sua base para desenvolver raciocínios complexos nessa área do conhecimento posteriormente. Infelizmente, nem todas as crianças têm a mesma chance de experienciar situações favoráveis nesse sentido e isso gera diferenças significativas em seu ponto de partida quando chegam à idade escolar.

Para saber mais sobre o assunto, acesse o artigo completo clicando aqui!

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/>

Filhos e infância... Nem carreira, nem troféu.

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 03 / NOV / 2016



Ter, ser, saber, parecem fazer parte de uma competição nos dias de hoje. Alguns pais e algumas mães acabam acreditando que é preciso que seus filhos saibam sempre mais que os filhos de outros. E isso seria então sinal de adequação e o mais importante: de sucesso.

O que uma criança deve saber aos 4 anos de idade? Uma mãe questionou a respeito em um fórum de discussão sobre educação de filhos, preocupada em saber se seu filho sabia o suficiente para a sua idade.

Segundo Alicia Bayer, no artigo publicado em um conhecido portal de notícias americano – The Huffington Post -, o que não só a entristeceu mas também a irritou foram as respostas, pois ao invés de ajudarem a diminuir a angústia dessa mãe, outras mães indicavam o que seus filhos faziam, numa clara expressão de competição para ver quem tinha o filho que sabia mais coisas com 4 anos. Só algumas poucas indicavam que cada criança possuía um ritmo próprio e que não precisava se preocupar.

Para contrapor às listas indicadas pelas mães, em que constavam itens como: saber o nome dos planetas, escrever o nome e sobrenome, saber contar até 100, Bayer organizou uma lista bem mais interessante para que pais e mães considerem que uma criança deve saber.

Veja alguns exemplos abaixo:

Deve saber que a querem por completo, incondicionalmente e em todos os momentos.

Deve saber que está segura e deve saber como manter-se a salvo em lugares públicos, com outras pessoas e em distintas situações.

Deve saber seus direitos e que sua família sempre a apoiará.

Deve saber rir, fazer-se de boba, ser vilão e utilizar sua imaginação.

Deve saber que nunca acontecerá nada se pintar o céu de laranja ou desenhar gatos com seis patas.

Deve saber que o mundo é mágico e ela também.

Deve saber que é fantástica, inteligente, criativa, compassiva e maravilhosa.

Deve saber que passar o dia ao ar livre fazendo colares de flores, bolos de barro e casinhas de contos de fadas é tão importante como praticar fonética.

Melhor dizendo, muito mais importante.

E ainda acrescenta uma lista que considera mais importante. A lista do que os pais devem saber:

Que cada criança aprende a andar, falar, ler e fazer cálculos a seu próprio ritmo, e que isso não tem qualquer influência na forma como irá andar, falar, ler ou fazer cálculos posteriormente.

Que o fator de maior impacto no bom desempenho escolar e boas notas no futuro é que se leia às crianças desde pequenas. Sem tecnologias modernas, nem creches elegantes, nem jogos e computadores chamativos, se não que a mãe ou o pai dediquem um tempo a cada dia ou a cada noite (ou ambos) para sentar-se e ler com ela bons livros.

Que ser a criança mais inteligente ou a mais estudiosa da turma nunca significou ser a mais feliz. Estamos tão obstinados em garantir a nossos filhos todas as “oportunidades” que o que estamos dando são vidas com múltiplas atividades e cheias de tensão como as nossas. Uma das melhores coisas que podemos oferecer a nossos filhos é uma infância simples e despreocupada.

Que nossas crianças merecem viver rodeadas de livros, natureza, materiais artísticos e a liberdade para explorá-los. A maioria de nós poderia se desfazer de 90% dos brinquedos de nossos filhos e eles nem sentiriam falta.

Que nossos filhos necessitam nos ter mais. Vivemos em uma época em que as revistas para pais recomendam que tratemos de dedicar 10 minutos diários a cada filho e prever um sábado ao mês dedicado à família. Que horror!

Nossos filhos necessitam do Nintendo, dos computadores, das atividades extraescolares, das aulas de balé, do grupo para jogar futebol muito menos do que necessitam de nós. Necessitam de pais que se sentem para escutar seus relatos do que fizeram durante o dia, de mães que se sentem e façam trabalhos manuais com eles. Necessitam que passeiem com eles nas noites de primavera sem se importar que se ande a 150 metros por hora. Têm direito a ajudar-nos a fazer o jantar mesmo que tardemos o dobro de tempo e

tenhamos o dobro de trabalho. Têm o direito de saber que para nós são uma prioridade e que nos encanta verdadeiramente estar com eles. Então, o que precisa mesmo – de verdade – uma criança de 4 anos?

Muito menos do que pensamos e muito mais!

Para ver o artigo completo, clique aqui.

O Papel do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

AUTOR (ES): **ROSELENE CREPALDI** 21 / OUT / 2016



Aconteceu hoje, 21 de outubro, o "Seminário Primeira Infância no Estado de São Paulo: O Papel do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente".

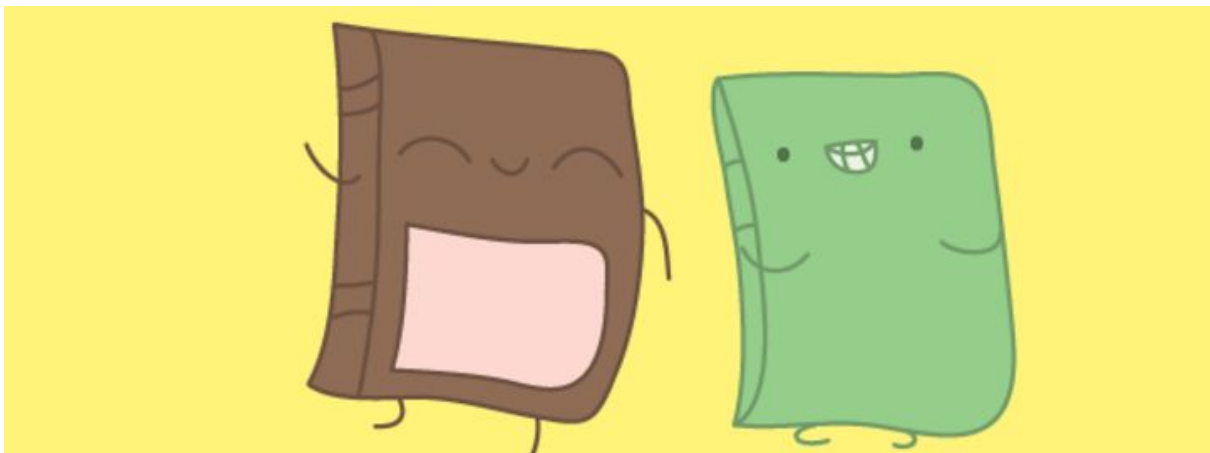
Promovido pela Escola Paulista da Magistratura, em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Seminário proporcionou a profissionais das áreas do Direito, Assistência Social, Educação, representantes dos poderes públicos municipais e do Estado de São Paulo, promotores e magistrados, ampliar e aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre boas práticas para a garantia dos direitos das crianças, em especial na primeira infância.

Mesas com a presença de magistrados, advogados, psiquiatras e a projeção do Filme “O Começo da Vida” provocaram a necessária reflexão sobre o tema: estamos cuidando bem dos primeiros anos de vida, que definem tanto o presente quanto o futuro da humanidade?

O MIB participou e prestigia iniciativas como essa, porque reforçam o objetivo de promover diálogos, trocas, ações colaborativas sobre a importância da atuação em rede e a garantia de direito das crianças.

Leitura – uma reflexão numérica

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 20 / OUT / 2016



Médicos indicam a leitura para bebês. Que relação podemos estabelecer diante dos dados: À medida que crescem, alunos deixam de usar bibliotecas – Índices de aprendizagem de leitura muito abaixo do adequado – Quantidade de livrarias no Brasil...

Se quisermos construir um país de leitores, como sabemos que é necessário, alguns dados precisam ser relacionados e analisados de forma orgânica, considerando toda a complexidade que envolve o tema.

Partindo de dados recentes destacamos algumas informações:

Médicos recomendam leitura para as crianças com menos de 3 anos. Isso porque...

...nos primeiros 36 meses de vida...

... é o período crucial para o desenvolvimento do cérebro e de habilidades como falar, aprender e pensar.

No Brasil...

...56,6% dos alunos com idade de 8 anos...

...chegam ao 3o ano do Ensino Fundamental sem aprendizagem adequada de leitura...

...70% desses mesmos alunos...

... não sabem escrever.

O uso da biblioteca escolar cai com o crescimento da escolaridade dos alunos no Brasil.

Segundo levantamento recente, o número de alunos que nunca ou quase nunca utilizam a biblioteca escolar salta de...

... 18,5% para 31.5% do 5º para o 9º ano do Ensino Fundamental...

O Brasil tem hoje...

... 3.095 livrarias, o que equivale a 1 livraria para cada 64.954 brasileiros...

... a UNESCO recomenda...

... 1 livraria a cada 10.000 habitantes

Vale a pena pensarmos sobre esses dados.

Recomenda-se leitura como diferencial no desenvolvimento, mas o acesso aos livros parecem não estar na mesma direção. Os resultados nos níveis de aprendizagem podem ser acompanhados – de maneira alarmante – pelos índices nacionais.

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/>

Novas atividades do MIB para 2017

AUTOR (ES): **MIB** 16 / OUT / 2016



A Comunidade de Aprendizagem Mapa da Infância Brasileira estará oferecendo, a partir de 2017, novas atividades:

- Formação:

- Palestras, cursos e oficinas na área da infância, do brincar, diversidade cultural e linguagens expressivas.

- Assessorias:

- Processos de escuta com crianças
- Atividades e espaços lúdicos

- Pesquisas com e sobre crianças e infância

Voltada para educadores, cuidadores, gestores e outros profissionais de ONGs, escolas, centros de educação infantil, centros de saúde, centros de cultura e lazer, entre outros.

A partir do assunto de interesse, o MIB mobiliza profissionais da sua própria equipe e outros especialistas, pesquisadores e ativistas parceiros, todos renomados e com ampla experiência e conhecimento nas áreas da infância.

Interessados entrar em contato com:
coordenacao@mapadainfanciabrasileira.com.br

Apreciando e brincando com esculturas!

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 29 / SET / 2016



Através de materiais como madeira, pedra, argila ou mesmo com areia, é possível esculpir, uma arte que pode render muitas situações de apreciação e de brincadeira com as crianças também. Além de apresentar a elas grandes escultores, como Rodin e Michelangelo por exemplo, em sites, livros ou

visitas a museus ou ainda apreciar obras espalhadas por sua cidade. É possível também incentivá-las a produzir esculturas.

Uma série de vídeos, feitas pelo professor e escultor francês Philippe Faraut pode favorecer tanto a apreciação quanto instigar a brincadeira. Nos vídeos, Philippe esculpe, em argila, rostos, pés, mãos, não apenas compondo lindas obras, mas também mostrando a forma como trabalha.

Assisti-los com as crianças e conversar sobre a atuação do artista, sobre seus movimentos, sobre a forma como molda o material e apreciar o resultado final pode favorecer novas e diferentes experimentações envolvendo argila, areia ou até mesmo massinha. E não se esqueça de fotografar os resultados e, se possível, também o processo de produção, assim como fez o artista. Um bom jeito de retomar esse momento e de guardá-lo na memória!

Programa Desafios Impaes recebe inscrições até 14 de outubro

AUTOR (ES): **CENPEC** 22 / SET / 2016



As inscrições para o Edital 2017/2018 do Programa Desafios Impaes estão abertas de 26 de setembro a 14 de outubro de 2016 no site: www.impaes.org.br. Podem participar OSCs (Organizações da Sociedade Civil), localizadas na cidade de São Paulo e/ou municípios limítrofes, que desenvolvem atividades de arte educação e realizam formação de professores e coordenadores pedagógicos em Centros de Educação Infantil públicos, com crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade, em territórios de alta vulnerabilidade social. As instituições selecionadas receberão, por dois anos, apoio financeiro de R\$ 90 mil/ano e acompanhamento técnico.

O Programa Desafios Impaes é uma iniciativa do Impaes (Instituto Minidi Pedroso de Arte e Educação Social), com coordenação técnica do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária). Seu objetivo é difundir o potencial da arte como meio transformador do indivíduo e de sua realidade; estimular a formação e o desenvolvimento humano a partir da ampliação das capacidades criativa, crítica e de inserção social; fomentar propostas de experiências estéticas e explorações plásticas e visuais com crianças de 0 a 3 anos e colaborar para a construção de ambientes de aprendizagem nos CEIs (Centros de Educação Infantil).

"Os projetos selecionados além de contarem com o acompanhamento técnico do Cenpec, terão a oportunidade de participar de uma rede de organizações dedicadas a pensar as relações da arte na Educação Infantil", afirma Fernanda Kivitz, técnica do Cenpec responsável pelo programa.

Os projetos inscritos devem ser desenvolvidos por OSCs legalmente constituídas, sem fins lucrativos, que serão apoiadas por um período de 24 (vinte e quatro) meses, respeitando-se o ano-calendário (janeiro a dezembro). Os recursos financeiros solicitados não devem ultrapassar o valor de R\$90.000,00 por ano de execução, totalizando até R\$180.000,00 para os dois anos de parceria com o Impaes. A divulgação das OSCs selecionadas está prevista para o dia 5 de dezembro.

Podem se inscrever instituições e projetos localizados na cidade de São Paulo e/ou municípios limítrofes, a saber: Caieiras, Cajamar, Cotia, Diadema, Embu, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mongaguá, Osasco, Poá, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Vicente e Taboão da Serra.

Confira os detalhes do processo seletivo no Edital Programa Desafios Impaes 2017/2018.

A situação de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento no Brasil



Muitas de nossas crianças e adolescentes vivem atualmente afastadas de suas famílias de origem pelos mais diversos motivos. É importante conhecermos alguns dados relevantes para entendermos melhor o panorama em que vivem esses meninos e meninas acolhidos em instituições, enquanto medidas judiciais são pensadas em relação ao encaminhamento desses casos.

O acolhimento é uma medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado em 1990, atuando em casos de violação ou ameaça dos direitos do jovem brasileiro. Há 26 anos, as instituições que cuidavam de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social eram conhecidas como os antigos orfanatos, educandários ou colégios internos, amparadas pelo Código do Menor.

Historicamente esses lugares ficaram marcados como espaços de abandono, isolando as crianças e os jovens da comunidade e atendendo um contingente enorme deles, sem acomodá-los num ambiente mais individualizado e de qualidade. Ali ficavam até completar 18 anos, não havendo um período máximo previsto por lei que estabelecesse o tempo de sua permanência na instituição.

Segundo o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz em 2010 existiam 36.929 crianças e adolescentes sob a medida protetiva, distribuídos em 2624 serviços de acolhimento em todo o Brasil, sendo que 21.730 jovens estão concentrados somente na região Sudeste do país.

As principais razões de acolhimento hoje são:

- negligência na família (37,6%),
- pais ou responsáveis dependentes químicos (20,1%),
- abandono (11,9%)
- violência doméstica (10,8%).

Desde a promulgação do ECA, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, e as instituições de acolhimento se implicaram em movimentos de adequação aos novos paradigmas. De acordo com o Estatuto, em seu artigo 92, as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar as seguintes normas:

- I – Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; (redação dada pela lei no. 12.010, de 2009)
- II – Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; (redação dada pela lei no. 12.010, de 2009)
- III – Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- V – Não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – Participação na vida da comunidade local;
- VIII – Preparação gradativa para o desligamento;
- IX – Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Embora tenhamos avançado um bocado em direção à garantia desses direitos, ainda encontramos dificuldades no cumprimento dos princípios norteadores da realidade dessas crianças e adolescentes. Algumas ONGs, como o Instituto Fazendo História, atuam em parceria com mais de 200 serviços de acolhimento, numa missão de colaborar com o desenvolvimento desses jovens abrigados, a fim de fortalecê-los para que se apropriem e transformem suas histórias. São iniciativas como essa, somadas às conquistas nas políticas públicas voltadas à infância e juventude, que tem transformado a vida de muitos meninos e meninas em nosso país.

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/>

Vamos conversar com as crianças sobre as florestas brasileiras e sobre desmatamento?

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 15 / SET / 2016



O Brasil é um território de imensas florestas e possui mais de 50.000 espécies de árvores. No entanto, atualmente mantém-se de pé 80% da floresta Amazônica, pois o restante deixou de existir, fruto de um desmatamento descontrolado e desnecessário.

Há alguns anos, vários projetos vêm sendo criados e realizados, visando não apenas a manutenção das nossas florestas, mas também ações de replantio, bem como de combate ao desmatamento. É isso o que apresenta o minidocumentário da websérie “Diálogos Transformadores”, intitulado “Boas práticas no combate ao desmatamento”, iniciativa do jornal A Folha de S.Paulo, da UNILEVER e da Associação Ashoka.

Ali, são apresentadas e discutidas, entre outras, práticas como o replantio de um milhão de árvores, aqui e na Indonésia, numa parceria entre a UNILEVER e a WMF, ou o projeto “Pocket Forest” (Floresta de bolso), criado pelo botânico e fundador da “Amigos das Árvores de São Paulo”, Ricardo Cardim.

O Pocket Forest busca trazer para áreas urbanas árvores nativas, já que boa parte das árvores na cidade são importadas. Para Ricardo: “A ideia é trazer de volta a floresta nativa, na forma de ilhas, para que nossos filhos possam

experimentar o sabor de um araçá, ver uma embaúba, criar uma nostalgia com aquilo e entender a importância para sua vida e para o futuro”.

E se não é possível levarmos as crianças até as florestas, vamos trazê-las para dentro de casa, por meio de documentários, livros, reproduções de imagens, e vamos conversar com os pequenos sobre a importância de ações como essas para a preservação de nosso meio ambiente. Também podemos apresentar a riqueza de nossa biodiversidade visitando parques e jardins botânicos, ou mesmo praças, permitindo que as crianças, como afirmou Ricardo, “possam experimentar” e conhecer nossas árvores nativas.

E, caso tenha a oportunidade, plante com as crianças, cultive uma planta com elas. Afinal, importa que desde cedo conheçam, cuidem e aprendam a valorizar e respeitar nosso meio ambiente.

Para saber mais sobre os “Diálogos Transformadores”, acesse aqui.

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/>

A plataforma do MIB faz um ano!

AUTOR (ES): **MIB** 09 / SET / 2016



A plataforma do MIB foi lançada há um ano e hoje é dia de celebrar e reconhecer o caminho percorrido.

Compartilhamos nossos resultados e conquistas, fruto de inúmeras parcerias e ações conjuntas pela infância.

Comunicação e divulgação

Um dos principais propósitos do MIB é reunir atores diferentes e levar conscientização para o público com relação ao impacto positivo que as inúmeras iniciativas têm na vida das crianças, a partir de várias estratégias:

- Publicação de postagens diárias na página do Facebook em diálogo com as iniciativas postadas de forma colaborativa na plataforma pelas várias iniciativas; divulgação destas iniciativas; publicação de conteúdos entre artigos, pesquisas e eventos.
- Sete edições da nossa Newsletter com periodicidade mensal, divulgando informações variadas das ações do MIB, artigos e outras notícias sobre a área da infância.
- Articulação junto aos inúmeros atores sociais e iniciativas na área da infância.
- Participação em eventos, reuniões, fóruns, redes e movimentos da área.

Alcance

O MIB reuniu mais de 1000 membros cadastrados na plataforma, 140 iniciativas e 290 conteúdos publicados e mais de 18.800 acessos. Na sua página de Facebook mais de 3.700.000 pessoas já foram alcançadas com informações sobre as iniciativas divulgadas diariamente, mais de 16.000 curtidas e mais de 1.000 postagens publicadas.



Um sonho para as crianças

Parcerias

O MIB construiu parcerias com importantes atores sociais, fundações, institutos, governos, voluntários da sociedade civil, educadores, ONG's, coletivos, redes, escolas, universidades, centros de estudos e pesquisas, e participou de campanhas, ações colaborativas fomentadas por estes atores.

O MIB fez parcerias com diversas instâncias públicas:

- Com a Secretaria municipal de Meio Ambiente - foi cedido espaço da Universidade UMAPAZ para a realização de encontros presenciais – 7 durante o ano de 2016 - organizados pelo Mapa da Infância Brasileira, para a realização de: rodas de conversa com grande público que atua com crianças em diferentes organizações na cidade de São Paulo, sobre temas que afetam à infância; para encontros com parceiros e desenvolvimento de formação e

promoção de campanhas; alcançando mais de 1.000 pessoas presencialmente e mais de 15.000 virtualmente.

- A Primeira Dama da cidade de São Paulo, Ana Estela Haddad, participou de Encontro presencial com mais de 150 participantes, apresentando o programa São Paulo Carinhosa.

- O MIB contribuiu com capítulo na publicação do governo Programa São Paulo Carinhosa.

- O MIB realizou, dentro da Virada Sustentável importante encontro para a campanha 'Vamos ouvir as crianças' com 150 representantes de iniciativas da cidade, produções que serão encaminhadas ao futuro prefeito.



Maquete feita pelas crianças

Pesquisas

- A equipe do MIB desenvolveu e aplicou instrumento e processo para ouvir as crianças (VIB – Vozes da Infância Brasileira) em nove organizações na cidade de São Paulo (favelas, praças, abrigos, igrejas, ONG's, periferias, com crianças imigrantes, em centros comunitários, em espaço para bebês), pesquisas e processos de escuta que são hoje referência junto a atores

sociais que trabalham com crianças. Os resultados destes processos estão publicados na plataforma.

- Formamos mais de 35 pesquisadores especialistas para atuarem com crianças.

Formação

Realização de encontros de formação presenciais (sete em 2016), dos que participaram mais de 1000 pessoas presencialmente e, através do canal do Youtube, publicamos 11 vídeos que alcançaram mais de 3.000 visualizações.

Os temas debatidos nestes encontros com diversos especialistas foram:

- As vozes das crianças
- As crianças e a cidade
- As expressões infantis
- Diversidade
- Iniciativas transformadoras
- Desenvolvimento de ações conjuntas com parceiros
- Campanha “Vamos ouvir as crianças”
- O MIB nas periferias da cidade



Encontro com as Infâncias

Campanhas

A partir da promoção destes encontros, mobilizações e resultados das pesquisas com crianças, surge a campanha ‘Se esta rua fosse minha, vamos ouvir as crianças’, movimento promovido pelo Grupo de Ação ‘Escuta de crianças’ do MIB, integrado por: Instituto Alana, Cidade Escola Aprendiz, ONG Cinco Elementos, Infâncias, Criadeira, Casulo, Associação de Brinquedotecas, Movimento Boa Praça e mais de 150 organizações que se juntam a este movimento na cidade de São Paulo. Esta Campanha irá apresentar ao futuro prefeito de São Paulo, documento com mensagens do que as crianças de diferentes regiões e organizações da cidade desejam para seus territórios, a partir de suas próprias vozes. A campanha começou com um seminário em Agosto/2016, no qual foram definidos os princípios e orientações para realizar estes processos de escutar as crianças (Vídeo Parte I e Vídeo Parte II); e

A síntese de todas as produções e mensagens das crianças que serão levantadas pelas mais de 150 organizações participantes, assim como a sua localização no mapa, serão hospedadas na plataforma; o registro de todo este processo será divulgado no canal de Youtube do MIB.

Em parceria com outras redes e organizações, este movimento está sendo divulgado em todo o país.

Publicação

Publicação on line: “Quem está na escuta” que reúne entrevistas, artigos de especialistas e referências de iniciativas que vêm realizando escutas com crianças, a ser lançada em Outubro de 2016.



Escuta das crianças

Expansão

- Projeto Embaixadores do MIB: convidamos ativistas sociais de várias regiões do país para serem porta-vozes do MIB localmente e para realizarem mapeamentos, articulações e ações locais, dentre os quais:
 - Laís Fontenelle no RIO DE JANEIRO que já reuniu e mobilizou mais de 65 atores sociais
 - Sandra Eckschmidt e Lia Mattos em FLORIANÓPOLIS (SC)
 - Daniel Raviolo em FORTALEZA (CE)
 - Tânia Ramos Fortuna em PORTO ALEGRE (RGS)
 - Renata Meirelles por todo o país
 - Adriana Klysis em CURITIBA

- MIB na periferia – O Mapa da Infância Brasileira está levando debates sobre a infância para diferentes áreas da cidade, sobretudo para as periferias.
- Diversas organizações abrem suas portas ao público, a partir do Grupo de ação integrado por membros do MIB, para conhecimento dos seus projetos.

Com Licença, Por Favor!

AUTOR (ES): **JOÃO GABRIEL ANDREUCCI DE LIMA/ CADÊ BEBÊ** 06 / SET / 2016



Com o advento da internet, as mães encontraram um poderoso veículo para trocar dicas e informações, alimentar discussões e mais discussões sobre gestação, maternidade e puerpério. Em todos os sites que veiculam esse tipo de informação, parece haver tendência generalizada de esquecer ou menosprezar da figura paterna nesta cena. Mas por quê? Bom, se por um lado pode ser compreensível, pois afinal é a mãe que carrega o neném durante a gestação e por ser a sua principal cuidadora, na maioria das vezes, na primeira fase de desenvolvimento. Se podemos concordar que a mãe tem o seu protagonismo, não podemos, no entanto, deixar que, por isso, a importância do pai seja diminuída. Quero trazer a reflexão de que esse esquecimento, quase que automático, do pai, tem um fundo social, cultural e político.

Se até o século XX poderíamos dizer que havia uma estrutura hegemônica das famílias, em que a mãe era responsável pela criação dos filhos e dos afazeres domésticos, enquanto o pai trazia o sustento financeiro, nos dias de hoje, este ideal de família já deixou de ser unânime. Mudança que ocorreu, principalmente, graças aos movimentos feministas que reivindicaram (e ainda reivindicam), maior igualdade de direitos para a mulher e maior inserção no

mercado de trabalho. E isto aconteceu, mesmo que ainda tenhamos muitos passos a caminhar nesta direção.

Estamos agora num momento em que muitas mães passam pelo dilema em optar pela carreira e a maternidade, ou de como lidar com os dois papéis simultaneamente. Um dilema difícil, certamente, mas acredito que a maioria concordaria de que é melhor ter a opção do que não a ter. Bom, é aí que entra a dimensão política que queremos trazer!

O surgimento da licença-maternidade e da licença-paternidade, foi justamente um ato para assegurar que a mãe e o pai possam dar a atenção e o cuidado necessários ao bebê. É preciso deixar claro que essa lei é um símbolo das mudanças ocorridas no século XX, já que com a ruptura dos paradigmas e mulheres e homens assumindo novos papéis, a licença não teria surgido. Aqui no Brasil, na Constituição de 1988, foram assegurados 120 dias de licença para a mãe e 5 para o pai. Pode não parecer, mas isso já era um grande avanço na época que ainda engatinhava nesse aspecto. Porém, nestes quase 30 anos pouco ou quase nada avançou.

Uma das dificuldades que permanecem é de que esse direito à licença-maternidade ainda não é de todo cumprido e respeitado. Há uma pressão e até ameaça constante de instituições para que a mãe não passe este período segura quanto ao trabalho. E outra dificuldade é justamente o da licença-paternidade, com seus míseros 5 dias para o pai ajudar em casa e estar integralmente com seu filho e sua parceira. Temos que salientar quanto a minguada licença-paternidade acarreta em diversas consequências, desde o desenvolvimento do bebê até mudanças sociais e culturais. Sem exageros!

Traz consequências diretas ao bebê, pois retirando o pai do cotidiano quase que inteiramente, interfere-se no vínculo que ele e seu filho criam. O pai é importante por ser um "outro", alguém que amplia o repertório de referências afetivas, para que a mãe e bebê também não fiquem simbióticos, "grudados", numa dependência total mútua (e não saudável). Além disso, é figura importante na própria composição de afetos que constitui a vida emocional de cada um. E, por último, a falta de auxílio prático e emocional para a mãe, em especial a de seu parceiro, dificulta ainda mais todos os obstáculos, desafios e inseguranças que ela passa no pós-parto. Ou seja, aumenta as chances que a mãe deste bebê não esteja em boas condições para cuidar dele.

No sentido cultural da questão, podemos interpretar a lei da licença como uma mensagem: "o homem é supérfluo para a criação do bebê e, para nós, governantes, interessa que ele volte logo ao mercado e deixe a mãe sozinha em casa." Estamos falando, então, daquela velha estrutura: mãe dona do lar e pai trabalhador. De fato, não podemos falar que essa estrutura sumiu: muitas famílias optam por ela e vivem felizes e saudáveis. O importante, no entanto, está neste verbo: optar. A lei força com que a maioria das famílias não tenha opção e que seja reforçado apenas um modelo familiar. Um modelo que talvez seja importante para o mercado de trabalho (pois não é interessante haver profissionais remunerados sem atuar), mas que muitas vezes é coercitivo para as famílias.

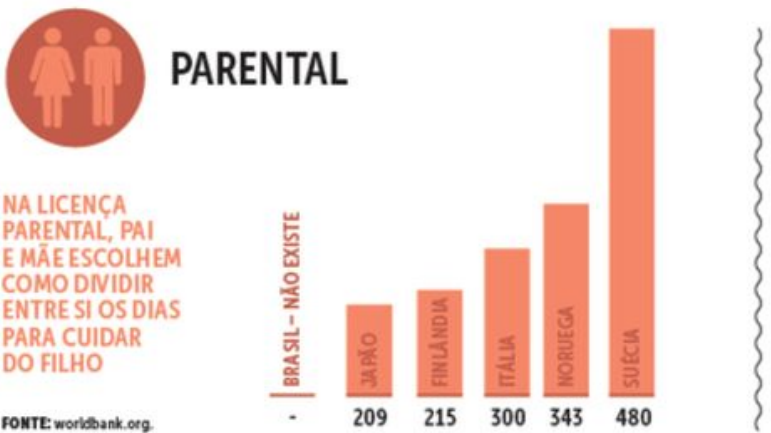
O Cadê Bebê apóia que cada família tenha o direito de escolher como achar melhor a sua própria dinâmica, como distribuem os seus papéis, sempre respeitando os desejos de seus integrantes. Não podemos continuar alimentando a ideia que só existe um tipo de família, ou de que só um modelo familiar é correto. Famílias também são constituídas de pais donos-de-casa, de mães solteiras, de madrastas e padrastos, de casais homossexuais, e, assim vai. Mas os nossos governantes não parecem ainda acatar a este fato, ou não querem lidar com ele.

Uma tentativa neste sentido foi o Programa Empresa Cidadã, em que as empresas participantes tem um abatimento do imposto e, em troca, aumentam a licença para as mães para 180 dias e, para os pais, 20 dias de licença. No entanto, a lei ficou muito mais no papel: apenas 17 mil das milhões de corporações brasileiras aderiram.

Está longe do suficiente.

Uma opção que alguns países adotaram foi a licença parental, em que o casal pode decidir como usar os dias que ambos tem direito. Essa sim, seria uma iniciativa que valoriza a particularidade de cada família. E, para continuarmos a pensar e lutar por mais direitos à pais e mães, sem distinção, trouxemos um quadro de estatísticas da revista Crescer sobre as licenças em diversos países.

LICENÇAS REMUNERADA NO MUNDO (EM DIAS)



licena _remunerada.

Temos muito a conversar !

Até a próxima!!

Fonte:http://www.cadebebe.com.br/com-licenca-por-favor/?preview_id=4677&preview_nonce=1cc15f0fbd&p...

<http://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/10/licenca-maternidade-como-fun...>

O que ajuda as crianças a enfrentar situações difíceis?

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 08 / SET / 2016



Capacidade de enfrentamento em vivências adversas, resistência emocional em situações difíceis, criatividade para reinventar a própria história e elaborar experiências dolorosas. Estes são alguns elementos que compõem o que se pode chamar de resiliência, algo essencial para que sejamos capazes de superar toda sorte de fatalidades e algo que não nasce conosco, mas é construído. Uma vez que esse aspecto é fundamental para uma vida psiquicamente saudável, surge a questão: de que forma podemos ajudar as crianças a construir resiliência?

O Center on the Developing Child da Universidade de Harvard produziu três vídeos e um pequeno artigo sobre o assunto, evidenciando que a resiliência é fruto da interação complexa entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. Cada criança irá constituir sua resistência emocional de forma única, a depender de seu contexto e de suas características particulares. Entretanto, é importante tentar compreender que elementos usualmente favorecem a criação de resiliência, pois, dessa forma, é possível criar e implementar políticas públicas e intervenções mais efetivas.

Veja a seguir quatro fatores que colaboram para o desenvolvimento de resiliência, de acordo com os especialistas da Universidade de Harvard:

1. Boas relações com os adultos afetivamente importantes para a criança

Sejam esses adultos familiares, cuidadores ou profissionais da educação, as relações de confiança, cuidado e afeto desenvolvidas com as crianças serão base importante para que ela se sinta protegida e fortalecida. Mesmo que a criança possua apenas uma relação positiva consistente, esta vivência pode auxiliar na construção de resiliência.

2. Boas oportunidades de desenvolvimento de recursos intelectuais e emocionais

A possibilidade de a criança descobrir suas próprias capacidades intelectuais e emocionais em ambientes seguros será fundamental para que ela tenha mais autoconfiança e, portanto, uma sensação mais intensa de que poderá enfrentar dificuldades por ter habilidades para isso. A relação positiva com os adultos responsáveis por seu cuidado é uma das mais importantes bases

para o desenvolvimento dessas capacidades, pois a partir da observação a criança poderá encontrar modelos de como lidar com diferentes situações.

3. Experimentar frustrações e stress de maneira controlada

Algumas situações adversas são importantes para o desenvolvimento da criança. Ela só será capaz de resistir a situações difíceis caso tenha construído um repertório de recursos que podem ser utilizados para sua autoproteção. É preciso dosar essas vivências, considerando que sentimento de extremo desamparo é altamente prejudicial, mas que as frustrações são parte da experiência de qualquer ser humano.

4. Políticas públicas de suporte à infância

Políticas públicas, que oferecem suporte à famílias, preparam os pais para a chegada do bebê e garantem acolhimento de qualidade em abrigos (em casos de afastamento da família de origem), são fundamentais. Nesse mesmo sentido, também é essencial oferecer educação de qualidade, acessível a todas as crianças, independentemente de sua situação socioeconômica. Qualquer política pública que tenha como efeito a garantia de direitos básicos é extremamente importante, pois favorecerá que adultos estejam mais disponíveis para as crianças e interajam com elas com maior qualidade. Além disso, o ambiente favorável proporcionará aos pequenos sensações de estabilidade e segurança.

Ninguém perde a capacidade de resiliência de forma irrecuperável, mas as experiências da infância deixarão marcas mais profundas, sejam elas negativas ou positivas. Reduzir os efeitos de vivências de adversidade nas crianças é algo que colabora muito para sejam saudáveis física, psicológica e emocionalmente. Também é uma das bases importantes de investimento para gerar desenvolvimento social.

Quer saber mais sobre o tema? Recomendamos o vídeo, em inglês, produzido pela Universidade de Harvard, disponível abaixo:

Conteúdo inapropriado para crianças pode ser veiculado a qualquer horário, decide STF

AUTOR (ES): **PRIORIDADE ABSOLUTA** 04 / SET / 2016



O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional parte do artigo 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que obriga veículos de radiodifusão a transmitirem seu conteúdo de acordo com o horário estabelecido pela classificação indicativa. Com a decisão, emissoras de televisão têm liberdade para veicular programas considerados impróprios para crianças e adolescentes em qualquer horário, sem sofrerem qualquer tipo de sanção ou multa.

O julgamento foi finalizado na última quarta-feira (31) com o placar de 7 votos a três 3 pela derrubada da vinculação horária. Os ministros que votaram pela inconstitucionalidade do dispositivo alegaram que o artigo 254 do ECA, que prevê multa para as emissoras que apresentam programas “em horário diverso do autorizado ou sem aviso de sua classificação”, configura censura prévia e ataca a liberdade de expressão empresarial.

Retrocesso na proteção da infância

As emissoras agora precisam apenas informar na tela o selo da indicação etária, veiculando o conteúdo no horário em que quiserem. Para Renato

Godoy, pesquisador do Instituto Alana, a decisão representa uma derrota para a proteção dos direitos da infância. “A prioridade absoluta dos direitos da criança não foi observada nesta decisão. A classificação indicativa é uma conquista da sociedade e não pode ser confundida com censura, pois a política não se aplica a conteúdos de caráter jornalístico, político ou ideológico”, afirma.

Para o ministro Edson Fachin, “a restrição pontual à liberdade de expressão pode existir em função do que estabelece o artigo 227”, que garante prioridade absoluta para as crianças e afirma o papel do Estado e da sociedade para protegê-las de todas as formas de violência. Os ministros Ricardo Lewandowski e Rosa Weber acompanharam o voto do ministro Fachin, que defendeu sua posição com base em diversos tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e Adolescentes.

Segundo Godoy, a decisão do STF atribui a responsabilidade de garantia dos direitos da criança exclusivamente às famílias e ao bom senso das empresas, como evidenciou o ministro Celso de Mello ao afirmar que a “TV não pode se responsabilizar pela irresponsabilidade de progenitores com seus filhos”. “Ao derrubar a vinculação horária, o Estado descumpre um dever constitucional e privilegia interesses econômicos das emissoras em detrimento dos direitos da criança”, afirma o pesquisador do Instituto Alana.

Foto: Free images

Fonte: Prioridade Absoluta

Ainda vemos poucos educadores homens na educação infantil. Por que?

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 18 / AGO / 2016



Voltemos alguns anos em nossa própria história, evocando na memória quais foram as primeiras pessoas que tivemos como referência no ambiente escolar. Vocês lembram? Pois bem, a maioria desses adultos (senão a totalidade) provavelmente era composta por mulheres, certo? Mera coincidência ou esse fenômeno pode estar relacionado a movimentos pelos quais a nossa sociedade passou ao longo do tempo?

A predominância de figuras femininas na educação infantil não é surpresa ou algo que costumamos questionar, visto que culturalmente esse lugar lhes foi dado: o lugar de quem cuida, cria, educa, dá afeto, estando sempre atentas às demandas e necessidades dos pequenos, para atendê-las satisfatoriamente.

Agora, o que acontece quando nos deparamos com homens exercendo as mesmas funções no ambiente escolar de crianças de 0 a 5 anos, por exemplo? Mesmo às pessoas que já se puseram a pensar sobre essas

questões, costuma ser no mínimo curioso ou algo que desperta especial interesse ver de perto adultos do sexo masculino pegando crianças no colo, trocando fraldas, dando mamadeira, fazendo carinho, cantando, ninando, lendo uma história, brincando, enfim... Estando completamente a serviço das crianças num contato mais íntimo.

O estereótipo de gênero que o homem ocupa ainda nos dias de hoje é bastante distante desse quadro que acabamos de pintar, mas é importante pensarmos sobre os impactos que isso pode ter sobre a formação de indivíduos em desenvolvimento. Quando inserimos rapazes nesses contextos, partindo de um real desejo dos mesmos em exercer essas funções e lhes dando as ferramentas necessárias para tal, mostramos que um homem pode ter tanta competência para realizar as tarefas que envolvem o dia a dia do professor quanto uma mulher, não sendo algo restrito à divisão de gêneros. Além disso, quando eles começam a transitar por esses espaços, outras visões de mundo somam-se ao universo infantil, favorecendo a troca de experiências e a aprendizagem acerca da diversidade.

Uma visão um tanto sexualizada e carregada de preconceitos a respeito dessa participação muitas vezes é observada pelas famílias dessas crianças, dando margem ao aparecimento de inúmeras fantasias e dúvidas em relação a esse cuidado. Tal preocupação, especialmente no que se refere à educação infantil, talvez se dê por conta da transposição que essa família irá fazer em direção ao mundo de seus meninos e meninas. A escola, portanto, será um espaço inédito de interação social fora do ambiente controlado, confiável e de proteção no qual circulavam, e a criança, por sua vez, passará a conviver com gente que veio dos mais diferentes lugares, com visões de mundo distintas, encontrando novas formas de diálogo e enfrentando as situações mais adversas e inusitadas nesse campo que também terá regras particulares.

É fundamental que a escolha do ambiente no qual os pequenos serão deixados por boa parte do dia e que será responsável por parte da sua formação seja muito bem feita, investigando por meio de um olhar atento como se dão as dinâmicas dentro desse espaço, se faz sentido e é congruente com os valores que a própria família pretende tomar por base para educar suas crianças e se ela está aberta a essas trocas.

Pensar em grupos mais heterogêneos e plurais promove não somente um encontro com um sem-fim de possibilidades advindas desses universos em confluência, como é também um convite à tolerância, à inclusão, à visibilidade de indivíduos e grupos que nem sempre compartilham os mesmos espaços e posições dentro da coletividade, mas que são capazes de construí-la de maneira rica e engrandecedora.

<http://www.todacriancapodeaprender.org.br/>

Encontro com a casa da música

AUTOR (ES): **AVANTE - EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL** 12 / AGO / 2016



A coordenadora pedagógica EMEIEF professor Paulo Freire (Maracanaú - CE), Vanessa Rocha de Santana, produziu um belo registro que nos conta como a Instituição onde atua passou a ter um novo olhar sobre a “iniciação das crianças no contexto musical”. Provocada pelos materiais e formações do programa #Paralapraca, foi iniciada uma reflexão junto às professoras, nas formações dentro da Instituição.

“O alcance das crianças precede o alcance dos educadores infantis. Foi pensando nisso que a formação do eixo Assim se faz música aconteceu no conservatório Alberto Nepomuceno, situado na cidade de Fortaleza, próximo ao Município de Maracanaú”, conta a coordenadora pedagógica no registro, que dá detalhes da visita e do impacto da vivência junto à equipe pedagógica.

Conheça o registro (<http://goo.gl/s3MimX>).

6 perguntas para conversar sobre política com as crianças pequenas

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 13 / JUL / 2016



Falar sobre política com as crianças é um grande desafio sempre a depender da maneira como escolhemos abordar o assunto. Muitas vezes essa dificuldade se coloca porque pensamos que essa conversa necessariamente envolvem questões que estão distantes do cotidiano infantil.

Entretanto, a vivência de situações que estão relacionadas ao pensamento político são diárias! Pensando nisso, sugerimos aqui 6 perguntas inteligentes que podem levar crianças pequenas a refletir sobre política. As questões são

ótimas para serem colocadas em momentos de uso do espaço público, como por exemplo, na rua ou ao frequentar um parque ou uma praça. Veja só:

1. Quem é que cuida desse espaço (parque, praça)?

Dicas: Não é preciso dar uma resposta específica, mas sim deixar claro que esse é um espaço para todo mundo usar e todos são responsáveis por cuidar dele.

2. Quem é dono dos objetos desse lugar (brinquedos do parque ou da praça, por exemplo)?

Dicas: Aqui é importante fazer a criança refletir sobre seu papel no cuidado com bens que pertencem a várias pessoas.

3. Quem é dono desse lugar (praça, parque, rua)?

Dicas: Não é preciso dar uma resposta específica, mas sim deixar claro que aquele é um espaço de todo mundo e todos são responsáveis por cuidar dele.

4. Quem é dono dos brinquedos que estão em casa? E dos brinquedos que estão na escola?

5. Você acha que quando está brincando no recreio tem problema ficar o tempo inteiro ocupando o balanço? Por quê?

Dicas: Aqui, tente fazer a criança refletir: embora ela possa ficar o tempo inteiro no balanço, não seria legal com as outras crianças. Elas também querem usar este brinquedo e ele pertence a elas da mesma forma.

6. O que acontece se você quebrar um brinquedo do parque? Só você vai deixar de usá-lo? Ou outras crianças também?

Entrar em contato com questões como essas nos ajudam a perceber que a posição política e a postura crítica são construídas a todo momento. A maneira como nos posicionamos quanto ao espaço que ocupamos, o modo como cuidamos de bens públicos e a forma como percebemos os efeitos de nossas ações sobre os outros são questões políticas. Mostrar isso às

crianças desde cedo, por meio de ações e conversas é algo que fundamenta sua auto-percepção como cidadã, pertencente a uma sociedade e uma cultura.

O que vocês escutam de interessante nessas conversas com as crianças? Fiquem atentos: o que elas tem a dizer pode abrir nossos olhos para pontos de vista sobre os quais nunca havíamos refletido antes!

Prioridade absoluta da criança nos conflitos familiares

AUTOR (ES): **THAÍS DANTAS** 09 / JUN / 2016



Atualmente, o Brasil vive um momento em que as mais diversas demandas são levadas à arena judicial e, dia após dia, chegam novos casos envolvendo

disputas familiares, das quais muitas têm como plano de fundo a chamada “síndrome da alienação parental”.

Em linhas gerais, a alienação parental é entendida como a manipulação da criança por um familiar a fim de que esta desenvolva sentimentos negativos em relação ao outro parente.

São exemplos de casos de alienação parental as hipóteses em que se reduz a importância do outro genitor; dificulta-se o exercício da autoridade parental, privando familiares de informações sobre a criança ou até mesmo dificultando o contato entre pais e filhos; dentre outros.

Com o advento da Lei 12.318 de 2010, a questão da alienação parental ganhou maior visibilidade, mas tais condutas já representavam uma violação aos direitos da criança antes mesmo da tipificação em lei.

Isso porque todas as crianças têm assegurado o direito à convivência familiar saudável, conforme artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por entender-se que a família é um ambiente propício e fundamental para o desenvolvimento infantil, de modo que se devem criar mecanismos para a proteção e o fortalecimento do núcleo familiar, a fim de que este seja capaz de cuidar e atender a todas as necessidades da criança.

Nos casos de alienação parental é frequente que tal situação seja motivada pela ruptura da vida conjugal dos pais, que acabam por instrumentalizar a criança a fim de punir o ex-cônjuge através da rejeição da criança ao parente. Assim, de um lado, temos a figura do alienador que causa a deturpação e, de outro, a criança alienada, que é a vítima dessa violência. Ainda que a disputa conjugal seja a hipótese mais comum, outros familiares, tais como tios e avós, por exemplo, podem agir como alienadores.

Mas o que todos esses casos de alienação parental têm – ou deveriam ter – em comum é o fato de que as crianças envolvidas precisam ser colocadas em primeiro lugar. Assim, é fundamental que todos aqueles que tomam contato com tal situação – sejam advogados, educadores, psicólogos ou juízes –, tenham em mente que todo caso deve ser analisado sob a ótica do melhor interesse da criança: interesse este que deve se sobrepor a quaisquer outros interesses, inclusive ao daqueles que travam as disputas judiciais.

É importante destacar que crianças são prioridade absoluta e responsabilidade de todos, de modo que a preocupação com a infância deve ser uma constante, afinal, a efetivação dos seus direitos depende de todos nós.

Thaís Dantas é graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e atualmente é advogada do projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana.

Foto de capa: Flickr / Thomas Leth-Olsen

Atlas da Guarda Compartilhada no Brasil

AUTOR (ES): **FERNANDO VALENTIN E ROGÉRIO NORONHA** 08 / ABR / 2016



O ATLAS DA GUARDA COMPARTILHADA NO BRASIL é uma publicação eletrônica inédita que tem por objetivo dar pleno conhecimento à sociedade brasileira sobre a questão da desigualdade parental, praticamente ignorada, pouco discutida, e ainda cercada de visões obscuras e conservadoras. Nossa sociedade precisa ter em mente que a guarda compartilhada é acima de tudo um direito das crianças e dos adolescentes, e o Estado brasileiro, através de seus poderes, precisa imediatamente garantir a aplicação da Lei 13.058/2014 e promover a igualdade parental, como medida sine qua non para a garantia das conquistas sociais históricas das crianças e dos adolescentes, e para que as futuras gerações tenham condições reais de se tornar indivíduos plenos em suas capacidades e potencialidades, desfrutando ao longo da vida do amor, dos ensinamentos, e dos valores de mãe e de pai através do duplo referencial parental.

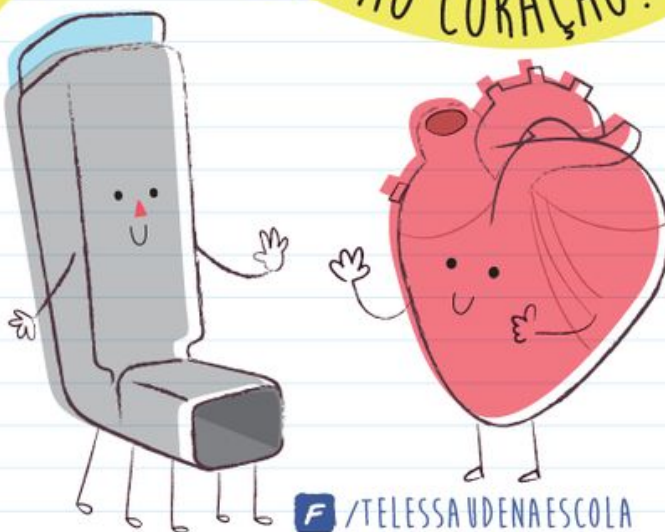
Site do projeto: <http://www.atlasdaguardacompartilhada.com/>

Tudo sobre Asma

AUTOR (ES): **TELESSAÚDE NA ESCOLA** 18 / MAI / 2016

TELESSAÚDE na
escola

BOMBINHA FAZ MAL AO CORAÇÃO?



WWW.TELESSAUDE.UERJ.BR/ASMA

Quem não conhece alguém que tem asma? Você saberia o que fazer caso alguém tivesse uma crise próximo a você? É verdade que bombinha faz mal ao coração? No site "Tudo sobre Asma", essa e outras perguntas são respondidas. Contando com ilustrações divertidas, crianças e adolescentes podem aprender sobre o que é asma, o que são "gatilhos" da asma, conferir a animação que conta o que fazer caso um amigo tenha uma crise, entre outras questões.

Feito pela equipe do Telessaúde Uerj, o projeto contou com a participação de uma médica especialista em pneumologia pediátrica e dois adolescentes, alunos de Iniciação Científica Júnior, que fizeram uma pesquisa sobre asma e um levantamento das principais dúvidas.

Confira! <http://tudosobreasma.telessaude.uerj.br/>

O que a publicidade dirigida às crianças tem a ver com a cultura de violência no país?

AUTOR (ES): **ISABELLA HENRIQUES** 03 / MAI / 2016



A recém lançada pesquisa ‘Publicidade infantil em tempos de convergência’, realizada por meio de uma parceria da Universidade Federal do Ceará (UFC), com o Instituto de Cultura e Arte e o Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia (Grim), ouviu crianças de todo o país para saber o que pensam sobre a publicidade comercial que lhes é dirigida.

O estudo compreendeu dez grupos focais com crianças de nove a 11 anos de idade, em áreas urbanas de todas as 5 regiões do país, nas capitais São Paulo, Fortaleza, Brasília, Rio Branco e Porto Alegre, no mês de dezembro de 2014. Também colheu informações dos pais ou responsáveis pelas crianças participantes, que responderam a um questionário sobre o tema.

Seu extenso e muitíssimo bem elaborado relatório está dividido em capítulos que objetivam contribuir para a discussão sobre o impacto da publicidade voltada às crianças trazendo dados relativos à percepção dos pequenos quanto à “compreensão da natureza da publicidade, à apreciação das estratégias de persuasão nela contidas e aos possíveis impactos desse tipo de comunicação em sua formação e em seu bem-estar”.

São muitos os dados e os enfoques apresentados em uma temática que é de alta complexidade, mas um é especialmente perturbador. Diz respeito aos sentimentos mencionados pelas crianças decorrentes da publicidade que reconhecem e que as está rodeando.

São relatos dos sentimentos mencionados pelas crianças diante da negativa de seus pais ou responsáveis para comprar algo que lhes foi anunciado.

Reveladores de um nível de insatisfação extremo, mostram a nítida relação entre o direcionamento das mensagens comerciais aos pequenos e a cultura da violência. Dizem as crianças: “dá vontade de ficar um mês sem falar com a minha mãe”; “eu tenho até vontade de ir embora e nunca mais voltar para casa”; “bravo, não, fico triste”; “eu fico com uma ira”; “às vezes dá vontade de esganar os pais”.

O mesmo ocorre acerca dos sentimentos mencionados pelas crianças participantes em relação a seus amigos, verificando-se, daí, o quanto a publicidade que fala com as crianças e seu “discurso desleal que associa posse e pertencimento é cruel” e pode acarretar sérias consequências sociais. Um testemunho resume o sentimento de desconforto causado pela exclusão: “Com vontade de roubar dele”.

A conclusão da pesquisa, nesse sentido, é contundente: “O consumo, portanto, vai além do fator mercadológico, possui um papel classificatório, promovendo inclusão e exclusão de indivíduos em determinadas categorias e grupos sociais. Essa característica pode ser ainda mais perversa para crianças da faixa etária deste estudo (9 a 11 anos), que se encontram numa fase de afirmação de quem são e a que grupos pertencem.”

Não que não imaginássemos ou mesmo soubéssemos disso ainda mais depois de tantos anos pesquisando o tema da publicidade voltada às crianças e as suas consequências. Mas ouvir delas, elas próprias dizerem, faz com que tais depoimentos sejam a maior e a mais triste denúncia recebida nesses 10 anos de projeto Criança e Consumo do Instituto Alana.

E certamente, é essa voz que nos dá ainda mais força para seguirmos em frente, para que a prioridade absoluta prevista no artigo 227 da Constituição Federal seja cumprida e as crianças libertas da ideologia consumista

propagada nas publicidades comerciais hoje, no país, onipresentes nas suas vidas.

Foto: Flickr

MIB entrevista Mônica Borba, diretora da UMAPAZ

AUTOR (ES): **MIB** 21 / ABR / 2016

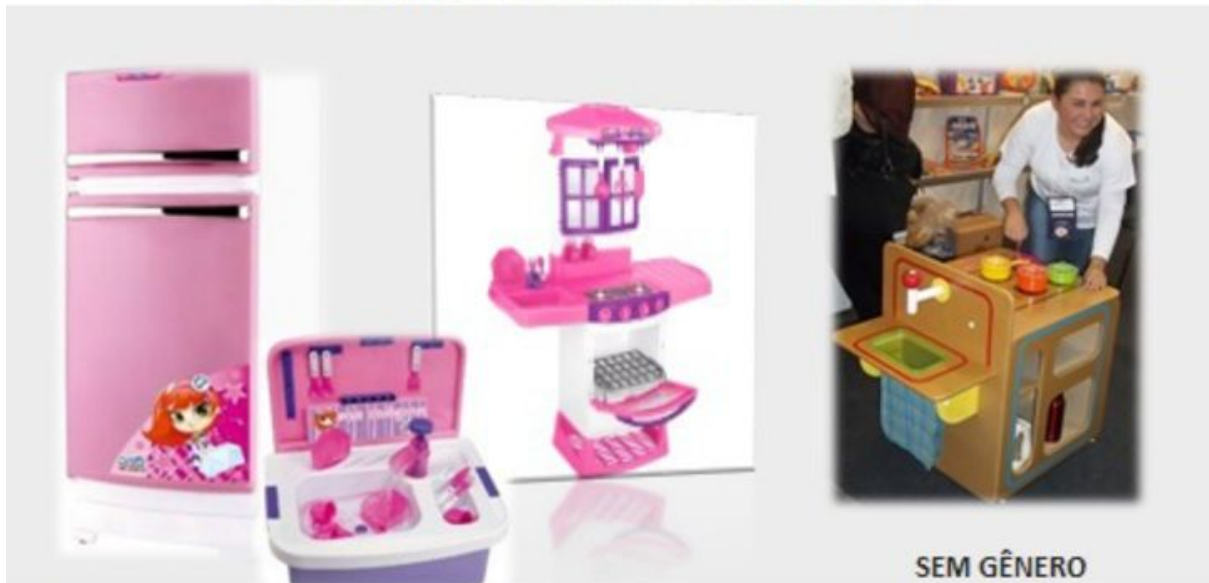
Mônica Pilz Borba , diretora da UMAPAZ - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, relata em entrevista prazerosa momentos de sua infância e como vê a infância hoje, sua trajetória e a parceria estabelecida com o Mapa da Infância Brasileira.

O próximo Encontro com as Infâncias, fruto desta parceria, ocorrerá dia 21 de maio na UMAPAZ, e o tema é A Criança e a Cidade.

PRODUÇÃO E USO DE BRINQUEDOS

AUTOR (ES): **ÂNGELA RENSO MADEIRA E TIZUKO MORCHIDA KISHIMOTO** 11 / ABR / 2016

CONCEITOS INOVADORES QUE FAÇAM SENTIDO PARA AMBOS



Produção e uso de brinquedos: Co criação entre Universidades, fabricantes de brinquedos e Ministério da Educação no Brasil

A colaboração entre as universidades e o Ministério da Educação propiciou a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, em 2009, que indica no artigo 9º- a brincadeira e as interações como eixos da prática pedagógica na Educação Infantil, o que remete para a necessidade de produção de brinquedos de uso institucional destinado a crianças de 0 a 5 anos de idade. Diante desse fato quatro ações se destacam:

- 1) a formação profissional;
- 2) a produção de guia prático de orientação de professores ;
- 3) uma lista de brinquedos e um sistema de compra de tais materiais e
- 4) a reorganização de normas de classificação de brinquedos para os fabricantes.

A formação de professores foi coordenada pelo MEC. Um guia de orientação prática de brinquedos foi elaborado pela universidade e um arquiteto, distribuído pelo MEC a todos os professores da educação infantil, aos fabricantes de brinquedos e outros setores para a compreensão da importância dos brinquedos para cada criança, seu agrupamento,

considerando a diversidade familiar, étnica, de gênero, social e cultural. A mesma equipe elabora listas de brinquedos de fabricação nacional para as escolas. A discussão sobre a produção de brinquedos de uso institucional provocou alterações e reflexões acerca do sistema de classificação de brinquedos – o ICCP – International Council for Children’s Play, utilizado pelas empresas com impactos nacionais e internacionais. Encontros entre membros do MEC da universidade e fabricantes têm estimulado a discussão, a reflexão e a necessidade de produção de brinquedos de melhor qualidade.

ANEXO

Produção e uso de brinquedos: Cocriação entre universidades, fabricantes de brinquedos e Ministério da Educação no Brasil. Tizuko Morchida Kishimoto
Ângela Renso Madeira Muito vem acontecendo no mercado de brinquedos desde a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, em 2009¹, documento que estabelece “a brincadeira e as interações” como eixo de trabalho para o sistema de educação infantil público e privado. Desde então, os fabricantes de brinquedos, através da ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - vêm estreitando seu relacionamento com o Ministério da Educação para alinhar o que é produzido no Brasil com as necessidades imediatas das instituições de Educação Infantil. Esse processo passa por uma nova concepção de infância, pela compreensão da importância do brincar e pela revisão da qualidade dos brinquedos, tendo em uma ponta os educadores e, na outra, os fabricantes de brinquedos. O conceito e a qualidade dos brinquedos para uso coletivo são diferentes dos considerados no processo de fabricação daqueles destinados ao uso doméstico, foco da indústria nacional nos últimos 30 anos. Estamos entrando em uma nova fase e vivenciando um momento histórico no país em que a parceria entre universidades, fabricantes de brinquedos e Ministério da Educação tem-se voltado ao objetivo de abastecer as escolas públicas com brinquedos de qualidade e para que as indústrias brasileiras tenham acesso a esta nova e significativa fatia de mercado. Os fabricantes estão diante de uma grande oportunidade comercial que tem exigido algumas habilidades até então não desenvolvidas. Uma delas é a busca pela fundamentação teórica em pesquisas acadêmicas uma vez que, desde a abertura do mercado, a indústria de brinquedos brasileira, seguindo uma tendência mundial, deixou-se seduzir pelo licenciamento de personagens. Pouco se trabalhou no desenvolvimento de novos conceitos de produto, pois,

a facilidade de adequação e a garantia de faturamento através de personagens consagrados pela mídia acomodaram os fabricantes que, por isso, não investiam em novos conceitos de brinquedos como poderiam. Da mesma forma que uma nova concepção de infância e educação exige formação profissional dos educadores, o desenvolvimento de brinquedos para uso institucional requer investimento e empenho para formação de novos conceitos por parte da indústria. Essa formação considera um “espaço para um diálogo” sobre a mudança de mentalidade nas “relações das crianças e da Educação Infantil com as brincadeiras”. Exige uma definição de encontros entre fabricantes de brinquedos, Ministério da Educação e universidades com o objetivo de transmitir aos empresários e designers que atuarão no desenvolvimento dos brinquedos concepções pedagógicas e princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar para compreensão das demandas efetivas da educação. Educação Infantil, o brincar e o sistema de compras. 1 A Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. 2 O Brasil é uma das poucas sociedades que concebe ao Estado o dever com a educação da criança desde o seu nascimento. Em decorrência dos dispositivos da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, em 1990, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, o Estado brasileiro assumiu a educação infantil de zero a seis anos como ação intrínseca e inseparável da educação básica. Esta concepção muda o lugar da infância e muda as competências do Estado brasileiro. O governo federal não é responsável pela oferta de educação infantil, mas assegura esse direito a todos os cidadãos como primeira etapa da educação básica, através de políticas públicas. A responsabilidade é dos municípios já que o sistema federativo descentraliza responsabilidades e divide competências entre governo federal (união), estados e municípios. O Ministério da Educação (MEC), através da Coordenação de Educação Infantil (COEDI), fica responsável pela concepção pedagógica, pelo apoio técnico e financeiro, bem como pela coordenação de Diretrizes Nacionais de Educação Infantil. Essa nova concepção de infância e da criança como sujeito de direitos exigiu também alterações no sistema educacional. Foram necessárias mudanças de legislação para se chegar a uma base nacional comum. O currículo da Educação Infantil passou a se estruturar em dois eixos: a brincadeira e as interações. Segundo Vigotsky, a atividade de brincar vem preencher necessidades da criança. Necessidades de realizar desejos, que acabam por incentivar ações de desenvolvimento. A

imaginação, como todas as funções da consciência, surge da ação. A situação imaginária, que se inicia na idade pré-escolar, é uma característica que define o brinquedo em geral. Vigostky afirma que “Os brinquedos na idade pré-escolar são os meios através dos quais esses desejos podem ser realizados”². Baseado nestes conceitos pode-se concluir que o brincar é uma ação simbólica, de representação, motivada por elementos que sugerem regras de comportamento. Quando um objeto pode ser usado, em função de suas propriedades e de seu significado, como outro, ele se torna um brinquedo ideal. Brinquedo ideal que auxilia no desenvolvimento infantil. As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil passam a ser então, o marco normativo que explicita a importância da brincadeira como constitutiva da identidade da educação Infantil. Somente a partir dessa política pública é que o brinquedo pôde ser visto como material de consumo, ou seja, item que precisa ser licitado e repostado com certa periodicidade. O Ministério da Educação precisa de parceiros para que as políticas sejam executadas. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – é um desses parceiros com poder para conciliar esforços e competências entre união, estados e municípios. Ele presta assistência técnica e financeira e organiza processos licitatórios através de grandes pregões eletrônicos e ATAS de Registro de Preços. Este sistema de compras permite que os municípios tenham liberdade de escolher os brinquedos que mais lhe pareçam convenientes, dentre um determinado “mix de produtos” já licitados pela união. Tudo isso acontece por intermédio de um portal de gestão do Ministério da Educação (MEC) que se articula com as secretarias de educação através do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Além desse recurso, os estados e municípios têm ainda autonomia para realizar suas próprias compras através de processos licitatórios diversos. Portanto,² “O papel do brinquedo no desenvolvimento” Formação Social da Mente, Ed. Martins Fontes.³ a seleção de brinquedos que irão compor o universo escolar da educação infantil exige cuidados e conhecimentos, algo a ser transmitido e assimilado no momento da formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil. Em 2012, o Ministério da Educação, em parceria com as universidades, produziu três grandes listas de brinquedos a serem licitados e oferecidos para todas as creches e escolas públicas brasileiras. As listas foram divididas em: uma lista básica, considerando toda a grade da educação infantil - 0 a 5 anos e 11 meses; uma lista direcionada para creches, contendo brinquedos para crianças de 0 a 3 anos e 11 meses; e uma lista específica para pré-escola para crianças entre 4 e 5 anos e 11

meses. A primeira lista, para crianças de 0 a 5, apresenta-se como uma espécie de “enxoval básico” que uma escola de educação infantil deveria ter. Ela possui 47% de seus itens direcionados para favorecer a brincadeira simbólica. A escolha e o uso dos brinquedos Apesar de esta nova oferta valorizar a brincadeira simbólica, isso não garante que esses brinquedos cheguem às escolas municipais. A liberdade que o sistema de compras proporciona, possibilita que o acervo do município fique sujeito à visão que os professores e gestores municipais têm da educação infantil. A seleção feita a partir do mix de brinquedos nos revela o olhar do profissional e a concepção de educação Infantil de determinado gestor municipal. Deparamo-nos aqui, mais uma vez com a importância da formação desses profissionais. Há aproximadamente 15 anos, foi realizada uma pesquisa junto a uma amostra de escolas da rede municipal de educação infantil de São Paulo, com o objetivo de perceber formas de socialização e apropriação da cultura através do acervo de brinquedos e materiais pedagógicos e suas frequências de uso. Ao comentar os valores refletidos na cultura escolar, Kishimoto (1998)³ afirma que “investigar valores que orientam a escolha de brinquedos e materiais pedagógicos implica buscar raízes que explicam os usos e significações de tais recursos na prática pedagógica. Uma das hipóteses é a de que concepções de criança e de educação infantil estão na base desses valores”. Na época, os brinquedos e materiais destinados às atividades simbólicas, de construção e socialização da criança foram os menos privilegiados, representando apenas percentuais que variaram entre 4 e 35 do total da amostra. Citando Nóvoa (1992), Kishimoto conclui que “se a estrutura física e material revela valores assumidos pela organização escolar, pode-se inferir que a função simbólica, a criatividade e a socialização da criança são pouco relevantes nas escolas pesquisadas, dada a pequena participação de brinquedos de natureza simbólica, de construção e destinados a socialização, no acervo das unidades”. Atualmente, de acordo com o último relatório consolidado de solicitação⁴, o percentual de municípios que já aderiram às atas de registro de preços, representa 37% do montante de 5.500 municípios brasileiros. Este estudo exige acompanhamento futuro para que possamos medir a evolução da compreensão da real contribuição dos brinquedos no desenvolvimento infantil ao redor de todo o país. 3 Pesquisa - Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis, 1998, São Paulo, SP. 4 Fonte: site FNDE/SIGARP, 08/07/2014. 4 Formação Profissional e guia prático de orientação de professores Fica evidente até aqui, que, para se escolher um brinquedo adequado, é fundamental conhecer tanto as crianças como os

brinquedos em questão. Considerando os brinquedos para uso institucional, é imprescindível se atentar para a qualidade, as características das interações que ele proporciona e suas contribuições para o desenvolvimento infantil. Esses aspectos irão nos proporcionar um leque equilibrado de brinquedos. Em relação ao grupo de crianças, vale dizer que é de extrema importância, além da idade, que o educador ou administrador responsável pela compra ou indicação, conheça a fase de desenvolvimento, o ambiente, bem como as necessidades e desejos dos alunos. Nenhuma criança tem a mesma evolução que outra, mas quando bem pequenas se comportam mais ou menos da mesma maneira. Sendo assim, podem-se preparar listas de brinquedos por classes de idades, principalmente para grupos de educação infantil tanto para creches como para pré-escolas. Mas é preciso muita atenção, pois, quanto mais as crianças crescem, mais as diferenças entre elas vão aumentando, e uma maior variedade no acervo de brinquedos a ser oferecido deve ser considerada. Com o objetivo de auxiliar no processo de formação dos profissionais de educação, o MEC solicitou à Universidade de São Paulo o desenvolvimento de um manual de orientação, que pudesse ser enviado a todas as escolas públicas de educação infantil antecipadamente à chegada dos brinquedos. Com o apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o livro *Brinquedos e brincadeiras nas Creches: um manual prático pedagógico*⁵ foi produzido em duas configurações: em um único volume e em 5 módulos para serem distribuídos entre os educadores das instituições. Percebeu-se que, em função da riqueza e clareza de informações, o conteúdo do manual é adequado também para os fabricantes de brinquedos interessados em desenvolver novos conceitos de produtos para uso institucional. A partir da compreensão da rotina e adequação de atividades, por fase do desenvolvimento infantil, o fabricante passa a ter suporte teórico para gerar novos conceitos de produtos. Dificuldades da indústria e a qualidade dos brinquedos. Uma das principais dificuldades que a indústria nacional tem enfrentado é a grande concorrência de empresas especializadas em licitações, não especializadas em brinquedos. Trata-se de uma concorrência experiente em mecanismos operacionais que oferece produtos diversos a preços mais baixos, mas que nem sempre, prima pela qualidade. Tais empresas, na sua maioria terceirizam a produção dos itens que vendem e normalmente recorrem à produção fora do Brasil para obtenção de melhores custos de fabricação. Tenho como hipótese que isso acontece porque o sistema de compras além de privilegiar o melhor preço, é incompleto na fiscalização das entregas. A grande extensão territorial e a

quantidade de municípios dificulta esse controle. Se os produtos entregues em grandes volumes são diferentes das especificações técnicas dos editais e das amostras aprovadas, o custo de fabricação dos produtos tende a ser menor e conseqüentemente o preço de venda também. Enquanto isso, grandes indústrias nacionais de brinquedos têm sua capacidade produtiva de certa forma ociosa. Para que a qualidade dos brinquedos recebidos seja garantida seriam necessárias inspeções nas fábricas ganhadoras e na totalidade das remessas enviadas. Por mais que pareça oneroso, 5 Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2012. 5 certamente a fiscalização na origem das remessas tende a ser mais econômica do que se fosse feita nas cidades destino. Esse controle precisaria ser realizado por profissionais de Organismos Certificadores da Produção (OCP's) e/ou técnicos de laboratórios acreditados pelo INMETRO. As normas de segurança atuais estabelecidas pelo INMETRO não garantem a “qualidade” no que se refere à durabilidade e tempo de vida útil dos produtos, pois, como apontamos anteriormente, foram desenvolvidas considerando brinquedos para uso doméstico que muito se diferenciam de brinquedos para uso institucional. O brinquedo de uso institucional pede um sistema de avaliação mais criterioso. Os brinquedos para este fim precisam de “certificados de garantia para uso coletivo exaustivo”. O rigor dessas avaliações, além de garantir a melhoria na qualidade, tende a dificultar as ações de empresas aventureiras não especialistas, que são as que têm vencido os pregões eletrônicos de brinquedos. Atualmente, o Guia de Brinquedos e Jogos⁶, organizado pela equipe “Abrinquedoteca” que é mantida pela ABRINQ há aproximadamente 10 anos, faz exatamente esse tipo de avaliação. Anualmente, a partir de testes mediados por profissionais do brincar, em diversas instituições, brinquedos são avaliados por sua adequação aos ambientes coletivos. Esse trabalho resulta ainda em relatórios com orientações para os fabricantes indicando pontos fortes e fracos dos produtos avaliados. Outro ponto que merece destaque são os altos custos de transporte e envio de mercadorias para toda a extensão do território brasileiro. Temos como hipótese que o desenvolvimento de estratégias logísticas em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos acarretaria na redução geral de custos, além de ampliar o poder de negociação do FNDE, justificando, assim, o subsídio das despesas de distribuição. A redução das despesas dos fabricantes com a distribuição, certamente acarretaria em uma análise mais justa dos preços concorrentes, indicando de forma mais expressiva a qualidade de componentes e

processos de fabricação na formação de preço dos brinquedos. Para aproveitar este momento e transformar cada um dos problemas em oportunidades, a indústria de brinquedos precisa se reinventar, aproximar-se da educação e inovar sua forma de pensar e suas estratégias de ação. Temos aqui, situações problema que pedem um trabalho de cocriação: estudar juntos uma forma de levar um produto a um mercado específico. Elo entre a educação e a indústria Dentro desta proposta a ABRINQ organizou, em maio de 2014, a primeira reunião denominada “Reunião Técnica de Brinquedos Institucionais”, contando com a presença de profissionais da educação, de gestores que tem desafios diários em cidades grandes como São Paulo, Florianópolis e Belo Horizonte e de 25 empresas fabricantes de brinquedos. Além da exposição das diferentes realidades, o evento considerou prudente abordar questões mercadológicas e estéticas. Houve palestras com um professor de marketing, intitulada “Inovação no setor de brinquedos – uma aliada para a educação”, e com um professor de design: “Produtos para educação Infantil – aumentando a competitividade e agregando valor ao produto”. Um calendário com reuniões semelhantes se faz necessário em função dos inúmeros aspectos que precisam ser analisados em conjunto: o que produzir, com que qualidade, a que preços, como 6 Guia de Brinquedos e Jogos / equipe ABRINQUEDOTECA. Catálogo Oficial ABRINQ, 2014. 6 comprar como distribuir, como fiscalizar as entregas, enfim, como atuar diante desse novo contexto. .Diante de todos esses aspectos, a indústria de brinquedos é levada a rever o sistema de classificação de brinquedos ICCP (International Council for Children’s Play) que atualmente é utilizado como anexo E da NM3007 , norma de segurança de brinquedos em vigor nos países do MERCOSUL. A NM300 vigora há 9 anos e a principal finalidade do ICCP como anexo dessa norma era fornecer faixas de idade de referência às quais os brinquedos se destinavam . Como essas referências de idade eram abrangentes e davam margem para interpretações diversas, a classificação era vista com certo descaso por parte da indústria. Para que se possa avançar na relação entre educação e indústria, precisamos de uma “ponte”. Conceitos que façam sentido para esses dois universos tão distintos e, ao mesmo tempo, agora, tão complementares. O “ICCP, Revisão 2013” tem como objetivo fazer esse papel. Princípios teóricos da classificação de brinquedos Esse sistema de classificação, que foi introduzido no Brasil na década de 80 por Raquel Zumbano Altman, é baseado no original criado pelo estudioso de brinquedos André Michelet em parceria com o Centre National d’Information du Jouet

(França). O ICCP classifica os brinquedos considerando aspectos relacionados ao desenvolvimento motor, linguístico, cognitivo e o comportamento da criança de diferentes faixas etárias. São 7 famílias, consideradas “categorias” contendo diferentes “subcategorias”. Desde sua origem, o sistema previa possíveis revisões de atualização considerando a evolução natural do mercado e principalmente a criação de novos conceitos de brinquedos. A primeira revisão foi realizada pela equipe do LABRIMP – Laboratório de brinquedos e materiais pedagógicos da FE/USP (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo), em 1997, sob coordenação da Profa. Dra. Tizuko Morchida Kishimoto, Raquel Z. Altman e Roseli Aparecida Mônaco. Atendendo a uma solicitação da ISO – International Standard Organization – o grupo brasileiro de estudos de segurança de brinquedos vinculado à ABNT propôs uma nova metodologia para determinação da faixa etária inicial de brinquedos a partir da revisão do ICCP. O “ICCP REVISÃO 2013” contém as mesmas 7 famílias de produtos, com faixas etárias iniciais vinculadas a cada uma das 148 subcategorias. Essa revisão da classificação teve grande repercussão junto aos demais grupos de estudos de segurança de brinquedos de outros países ligados a ISO e foi levada a consulta pública internacional como relatório técnico ISO/TC 181 N 643 parte do projeto ISO/TR 8124-8 Safety of toys - Guidelines for determining the age of onset of toys que está em sua última fase de aprovação para se transformar na norma internacional ISO/TR 8124-8 AGE DETERMINATION GUIDELINES. O documento é destinado a fabricantes e organismos de avaliação da conformidade da segurança de brinquedos, mas pode, perfeitamente, ser utilizado como referência de adequação de brinquedos por faixa etária, por distribuidores, instituições e organizações destinadas ao entretenimento infantil, assim como, por instituições pedagógicas, educadores, profissionais de áreas diversas que utilizam brinquedos em sua rotina, bem como por consumidores em geral.

7 NM300:2002, adotada pela portaria nº 108, de 13 de junho de 2005.

1. Brinquedos para atividades sensório-motoras – primeira idade
2. Brinquedos para atividades físicas
3. Brinquedos para atividades intelectuais
4. Brinquedos para atividades que representam o mundo técnico
5. Brinquedos para o desenvolvimento afetivo
6. Brinquedos para atividades criativas
7. Brinquedos para relacionamentos sociais

Entre os estudiosos do brinquedo e suas interações, André Michelet se destaca quando compara e conclui que: “tanto as escolas da psicologia do desenvolvimento representadas por Wallon e Piaget que veem o brinquedo como meio de experiências que permite à criança analisar o mundo e

construir a sua individualidade, assim como, da psicologia profunda representadas por Melaine Klein e Winnicott que colocam o brinquedo como instrumento de unificação da personalidade da criança compactuam da ideia de que a criança deve desenvolver-se de forma harmoniosa: corpo (motor e sensorial), inteligência (reflexão, aquisição), afetividade (transferência e imitação), criatividade (imaginação e iniciação artística) e sociabilidade (intercâmbios e aceitação de regras)” 8 . Tendo assim, o brinquedo reconhecido como um mediador, Michelet direcionou seus estudos para o desenvolvimento de uma matriz que correlaciona as diferentes necessidades de uma criança e as várias contribuições dos brinquedos em função da idade (por exemplo: a criança não joga bola da mesma forma aos 3 anos e aos 8). Sua matriz considera simultaneamente os brinquedos, as idades e os principais componentes da personalidade da criança. Um único brinquedo pode auxiliar no desenvolvimento de forma diferente em cada criança dependendo da idade em que é oferecido a ela. Mais detalhadamente, podemos acompanhar esses conceitos através dos princípios explorados em sua obra: “CADA BRINQUEDO TEM SUAS IDADES. CADA IDADE TEM SEUS BRINQUEDOS9 ”, publicada pelo Centre National D’Information Du Jouet (França, 1980) e não traduzido para o Brasil. ICCP como ponte Dentre as sete categorias, duas delas concentram a grande maioria dos brinquedos que proporcionam a brincadeira simbólica. São os brinquedos que reproduzem o mundo técnico e os brinquedos que desenvolvem relações afetivas. Para a indústria e para questões relacionadas às certificações de segurança é necessária essa distinção, pois, os testes de segurança aos quais os brinquedos são submetidos são completamente diferentes. A partir do momento que um determinado brinquedo possui um funcionamento real (de forma mecânica, elétrica etc.), como é o caso dos que representam o mundo técnico, muitos outros aspectos devem ser considerados para garantir a segurança das crianças. Com o objetivo de organizar e traduzir para a indústria as demandas educacionais considerando a importância da brincadeira simbólica e as compras planejadas para educação infantil propõe-se a unificação parcial das duas categorias. A proposta de unificação tem como objetivo principal 8 O sistema ICCP de classificação, O Direito de brincar: A Brinquedoteca (1985) 9 “À chaque jouet ses âges. À chaque âge ses jouets.” (1980) publicada pelo Centre National D’Information Du Jouet (França, 1980) 8 direcionar o foco da indústria para os brinquedos simbólicos, sem abrir mão das exigências técnicas de certificação. Classificando os brinquedos que compõem a lista selecionada pelo MEC, através do ICCP,

pode-se claramente enxergar a presença dos brinquedos que incentivam a brincadeira simbólica (tabela 1).

CATEGORIAS	% BRINC SIMBÓLICA	TIPOS DE BRINQUEDOS	SENSÓRIO MOTOR
1	10,87%	Conjunto de encaixe de blocos – madeira	1
		Conjunto de almofadas – tecido	1
		Almofadão – tecido	1
		Minhocão – túnel de pano – tecido	1
		Conjunto de bicho com filhotes - tecido	
2	10,87%	Conjunto de bolas - borracha	2
		Conjunto de bolas com guizo - borracha	2
		Conjunto de bolas de futebol - vinil	2
		Conjunto de bolas de volley - vinil	2
		Conjunto de bolas de basquete - vinil	
3	17,39%	Conjunto de Encaixes - Cabeça Mamãe e Filhotes - papelão	3
		Conjunto de Quebra - Cabeça Progressivo - papelão	3
		Conjunto dominó com textura - MDF	3
		Conjunto jogo da memória com textura - MDF	3
		Conjunto jogos profissões – MDF	3
		Conjunto passa peça - MDF	3
		Conjunto de blocos lógicos - MDF	3
		Conjunto de jogo de peças sopradas para encaixe - plástico	
4	13,04%	47%	4
		Conjunto de caminhão Coletor de Lixo - plástico	4
		Conjunto de caminhão tipo cegonha - plástico	4
		Conjunto de caminhão tipo caçamba - plástico	4
		Conjunto de caminhão tipo Bombeiro - plástico	4
		Conjunto de avião Bi-Plano - madeira	4
		Cavalo de balanço - madeira	
5	32,61%	Conjunto de boneca bebê negra - vinil	5
		Conjunto de boneca bebê branca - vinil	5
		Conjunto de boneco menino branco - vinil	5
		Conjunto de boneco menino negro - vinil	5
		Conjunto de boneca menina branca - vinil	5
		Conjunto de boneca menina negra - vinil	5
		Conjunto de berço para bonecas - metal	5
		Conjunto de carrinho de boneca - metal	5
		Casinha de boneca - madeira	5
		Pia de cozinha – MDF	5
		Fogão – MDF	5
		Geladeira – MDF	5
		Conjunto caixa brinquedoteca - MDF	5
		Conjunto de telefone sem fio - plástico	5
		Conjunto de máquina fotográfica - plástico	
6	15,22%	9	6
		Bandinha rítmica	
6		Conjunto Fantoche Família Negra	6
		Conjunto Fantoche Família Branca	6
		Conjunto de Fantoche Folclore	6
		Conjunto de Fantoche Animais Domésticos	6
		Teatro de Fantoche - madeira	6
		Teatro de Fantoche - tecido	
		100,00%	

Tabela 1 Se utilizarmos essas informações como referência, em um futuro próximo poderemos contribuir intensamente "indicando", a partir de demandas reais, caminhos para fabricação de brinquedos para uso institucional que possibilitem a brincadeira simbólica, com a qualidade desejada, tendo o ICCP como ponte para essas informações. Através desse sistema de classificação, o trânsito de informações entre o universo educacional e o industrial tende a funcionar como uma via de mão dupla. Uma "highway" com muitas pistas que une os dois mundos tendo como pilares as políticas públicas do Ministério da Educação. Do lado da Educação

o teríamos 6 pistas (categorias ICCP) e do lado da Indústria as informações sobre os brinquedos simbólicos se bifurcassem em duas: reprodução do mundo técnico e relações afetivas. (Fig.1e 2). Fazendo uso do levantamento estatístico anual¹⁰, realizado pela ABRINQ, pode-se analisar a distribuição do total de brinquedos lançados pelas aproximadamente 200 empresas associadas, nas 7 categorias, conforme demonstrado na tabela 2.

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1 Primeira idade	16,0%	11,8%	4,4%	5,4%	4,9%	13,1%	16,6%	19,1%
2 Atividades físicas	17,0%	10,0%	16,2%	13,6%	21,4%	11,2%	8,4%	12,3%
3 Atividades intelectuais	14,0%	16,2%	10,8%	10,6%	9,4%	13,9%	14,9%	13,5%
4 Reprodução mundo técnico	5,0%	6,5%	11,7%	14,7%	16,3%	7,1%	6,5%	6,9%
5 Desenvolvim afetivo	23,0%	26,2%	32,7%	27,1%	22,1%	26,3%	23,0%	20,4%
6 Criatividade	11,0%	12,1%	12,1%	12,8%	13,1%	13,8%	15,6%	12,2%
7 Relacoes sociais	14,0%	17,2%	12,1%	15,8%	12,8%	14,6%	15,0%	15,6%
sub total simbólico	28,0%	32,7%	44,4%	41,8%	38,4%	33,4%	29,5%	27,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 2 10 Desempenho do Setor de Brinquedos, 2014 10 Somando o total de brinquedos fabricados nas categorias 4 e 5 pode-se medir a participação dos brinquedos simbólicos produzidos atualmente pela indústria nos últimos 8 anos. Mas vale lembrar que tais resultados dizem respeito a brinquedos que, em primeira instância, não possuem a qualidade esperada para o segmento escolar. Para que a educação possa fazer uso dos brinquedos fabricados atualmente no país (do total aqui contabilizado), com segurança, caberia aos fabricantes submeter esses itens a uma criteriosa avaliação de qualidade. Se necessário for, aprimorar a qualidade do que já é produzido ou ainda, lançar uma linha de produtos com qualidade diferenciada visando o segmento escolar, isto é, uma linha de brinquedos para uso institucional. Percepção e valorização da brincadeira simbólica Dentro da proposta de cocriação, temos alguns casos já realizados no Brasil: a) Brinquedo simbólico Freso A partir de uma pesquisa de mestrado em educação na Universidade de São Paulo, um projeto se transformou em produto industrializado já disponível para venda e incluído em alguns editais municipais de compra de brinquedos. Com o objetivo de estimular a imaginação infantil através da brincadeira simbólica, Kelly Zoppei Flores, profissional e mestre na área de educação física, propôs a analisar o desenvolvimento da brincadeira simbólica em grupos de crianças em idades entre 5 e 6 anos, a partir de materiais não estruturados. Ofereceu às crianças estruturas tubulares pré-montadas, barbantes, tecido e algumas regras. A partir dos surpreendentes resultados dessa observação, procuramos uma

solução técnica para fabricação dessas estruturas e encontramos uma empresa parceira que trabalha com produtos de polietileno rotomoldados: a VERONA Indústria de Plásticos Ltda. Essa parceria resultou no produto industrializado “Brinquedo Simbólico” com a marca “FRESCO” lançado na ABRIN, 2013 Feira Brasileira de Fabricantes de Brinquedos. b) Linha Elka Educa: educação pelo brincar A partir das recentes demandas da educação, a empresa Elka Plásticos Ltda. tradicional fabricante de brinquedos, com mais de 60 anos de atuação no mercado nacional, acompanhando as publicações do MEC, estruturou uma nova divisão de produtos voltada exclusivamente para o atendimento escolar. Fazendo uso da classificação de brinquedos ICCP, Revisão 2013, a empresa agrupou a linha de produtos a partir dessa classificação e estruturou seu catálogo de produtos de acordo com a proposta do livro “Brinquedos e brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica”. Dessa forma, tem como orientar adequadamente os educadores na escolha dos brinquedos que irão compor o mix de brinquedos da escola. Com a marca ELKA EDUCA e o slogan “educação pelo brincar” a empresa selecionou alguns itens de sua linha tradicional e submeteu a avaliação da equipe da “abrinquedoteca” para adequação a uso coletivo e exaustivo do Guia de Brinquedos e Jogos de 2015. Para complementar a linha, estabeleceu parceria com a empresa francesa NATHAN para fabricação exclusiva no Brasil de alguns jogos cartonados e desenvolveu ainda parceria com outros fabricantes nacionais para atender as demandas de mobiliários para educação infantil.

11 Bibliografia: O papel do brinquedo no desenvolvimento. A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. / L.S. Vigotski Editora Martins Fontes, 2007. O DIREITO DE BRINCAR: a brinquedoteca/ Adriana Friedmanet al. ABRINQ, 1992. BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NAS CRECHES: Manual de orientação pedagógica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica- Brasília: MEC/SEB, 2012. Tizuko Kishimoto, Adriana Fryeberger A EDUCAÇÃO INFANTIL NOS PAÍSES DO MERCOSUL: análise comparativa da Legislação / Ministério da Educação Secretaria da Educação Básica. MEC. SEB, 2013. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL / Secretaria da Educação Básica – MEC, SEB, 2010. Pesquisa: BRINQUEDOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS NAS ESCOLAS INFANTIS / Tizuko Morchida Kishimoto, Universidade de São Paulo, 1998. OS PRINCÍPIOS PSICOLÓGICOS DA BRINCADEIRA PRÉ-ESCOLAR/ Alexis N. Leontiev. O FNDE E SUA LEI DE CRIAÇÃO – OBJETIVOS. A CRIANÇA E O JOGO SIMBÓLICO / MS. Kelly Zoppei Flores

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS / Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, SC, 2012. À chaque jouet ses âges. À chaque âge ses jouets.” (1980) publicada pelo Centre National D’Information Du Jouet (França, 1980) ISO/TR 8124-8 Safety of toys - AGE DETERMINATION GUIDELINES. “ICCP REVISÃO 2013”/ Comissão Estudos Especiais ABNT, 2013. Desempenho do Setor de Brinquedos, 2014 /ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos, São Paulo. FNDE/SIGARP , 08/07/2014 www.fnde.gov.br Guia de Brinquedos e Jogos, 2014 / Abrinquetoteca www.abrinquetoteca.com.br Norma MERCOSUL de segurança de Brinquedos - NM300:2002, adotada pela portaria nº 108, de 13 de junho de 2005. Referencias pessoais: Ângela Renso Madeira, é sócia diretora da empresa Academia de Brinquedos Assessoria e Representação Comercial Ltda. possui mais de 20 anos de experiência no desenvolvimento de jogos 12 e brinquedos, tendo lançado por volta de 30 produtos de sua autoria no mercado nacional, entre eles o “Brinquedo Simbólico” lançado em parceria com Kelly Zoppei Flores. Atualmente presta serviços de assessoria em Projetos Educacionais na ABRINQ – Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, faz parte do Grupo de Estudo: Contextos Integrados de Educação Infantil(coordenado pelas professoras Tizuko M. Kishimoto e Mônica Pinazza na Universidade de São Paulo) e é responsável pela divisão Elka Educa na empresa Elka. Contato: angela.rensomadeira@gmail.com Tizuko Morchida Kishimoto , é coordenadora do Grupo de Pesquisa Contextos Integrados de Educação Infantil – Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

**Um convite aos atores da infância:
Seja um Embaixador do MIB**



A Comunidade de Aprendizagem Mapa da Infância Brasileira (MIB) está convidando atores da área da infância para se tornarem Embaixadores. A ideia é contar com representantes locais nas várias regiões do país para se somarem a esta comunidade de atores diferentes que atua em prol das crianças e a fortalecer a causa da infância.

Os Embaixadores do MIB serão responsáveis por ampliar e mobilizar a comunidade local, a partir do mapeamento e reconhecimento de iniciativas que impactam a vida das crianças.

Levando em conta a experiência, contatos e capacidade de articulação de cada Embaixador, estes são alguns dos desafios possíveis esperados: sensibilizar o poder público, educadores, meios de comunicação, universidades, comunidades e ONGs locais para a causa da infância. Articular, divulgar, mobilizar, multiplicar, mapear. Desenvolver projetos locais. Disseminar informações, criar fóruns de diálogos. Criar publicações, documentários, pesquisas e quaisquer outras produções que digam respeito às crianças das comunidades locais.

O programa de Embaixadores do MIB está sendo implementado e deverá ter representantes em diversas regiões do país. Os primeiros embaixadores já identificados e alguns já convidados nas seguintes regiões: Florianópolis,

Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Fortaleza, Manaus, Belo Horizonte, Natal, Campo Grande, Goiânia e Recife.

Sua iniciativa é voltada à infância brasileira e você tem interesse em atuar como embaixador do MIB? Envie uma carta de intenção, seu currículo pessoal e uma síntese das iniciativas da instituição na qual atua para coordenacao@mapadainfanciabrasileira.com.br

Uma reflexão sobre a medicalização na infância

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 29 / MAR / 2016



Têm se tornado cada vez mais comuns as prescrições de remédios psiquiátricos para crianças. São variados os motivos para a utilização de fármacos: agitação, agressividade, dificuldade de concentração, desobediência, timidez, oscilações de humor... Mas será que de fato esses

comportamentos são sintomas? Ou será que são expressão da diversidade humana?

Em nossa sociedade, organizada em função da lógica de produção, torna-se banal encarar as particularidades individuais como um problema. Quando uma forma de agir ou de se expressar de alguém não combina com as expectativas do mundo do trabalho, encara-se isto como algo que precisa ser eliminado. Desta maneira, as relações vão se desumanizando, pois perdem sua característica humana mais essencial: a diversidade. A indústria farmacêutica beneficia-se disso, oferecendo soluções médicas para suprimir os indesejáveis efeitos da individualidade.

Sendo este nosso modelo social, não é surpreendente que isso esteja presente inclusive no dia-a-dia das crianças. Desta forma, muitas vezes, a família, a escola ou os especialistas (psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos, etc.), incapazes de lidar com a espontaneidade e o inesperado de suas crianças, optam por contornar essa indesejável situação transformando-a numa questão médica. Vale frisar que não falamos aqui de casos mais graves, nos quais a medicação pode ser de fato um auxiliar importante no tratamento, mas sim da banalização deste tipo de intervenção.

É bastante preocupante o crescente número de diagnósticos realizados na infância e na adolescência, pois este é um momento da vida em que a identidade ainda está em formação, bem como o sistema neurológico. Ressaltar uma característica de uma criança e utilizá-la para rotular e para explicar outras particularidades suas é uma forma de condená-la à posição de doente. Identificá-la por um aspecto negativo favorecerá que ela se reconheça a partir dele e construa sua personalidade em função disso.

Além disso, os medicamentos psiquiátricos que são prescritos às crianças – muitas vezes de forma indiscriminada – possuem diversos efeitos colaterais e podem causar sérias alterações no desenvolvimento neurológico. A Ritalina e o Metilfenidato, por exemplo, presentes em medicamentos contra o Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH), ao agirem sobre o Sistema Nervoso Central, podem levar a convulsões, alucinações, ansiedade e ao chamado “efeito zumbi”, uma apatia constante.

O uso de fármacos na infância ainda é questionável por muitas vezes impedir que a criança crie recursos próprios para lidar com suas dificuldades. Assim, um garoto ou garota que não consegue focar sua atenção, por exemplo, não exercitará e desenvolverá essa capacidade, dependendo de medicação para atingir um estado de concentração. Como desdobramento, outras competências podem sofrer prejuízos, uma vez que os aspectos cognitivos, intelectuais, afetivos e psíquicos estão constantemente interligados.

Tendo refletido sobre todos estes aspectos, perguntamos: será que esperamos que todas as crianças sigam um modelo de comportamento que idealizamos? Estamos, de fato, conseguindo lidar com a diversidade de modos de ser?

A importância de uma sociedade que entenda e defenda os direitos da criança

AUTOR (ES): **THAÍS DANTAS / PRIORIDADE ABSOLUTA** 01 / ABR / 2016



Em 2015, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 25 anos de existência. Ainda assim, a violação de direitos da infância e da adolescência permanece: a título de exemplo, ainda que o país tenha melhorado as condições de vida de crianças e seja reconhecido pela redução da mortalidade infantil (Ipea, 2014), o número de homicídios de crianças e adolescentes nos últimos 25 anos dobrou (Unicef, 2015).

Dentre os diversos motivos que justificam a não efetivação dos direitos da criança e do adolescente, um ponto pouco citado merece destaque: o desconhecimento dos direitos assegurados em lei e do sistema de garantias existente.

Pesquisa recente (DataSenado, 2015) identificou que, embora 98% da população já tenha ouvido falar do Estatuto, 69% se considera pouco informada sobre os direitos da criança e do adolescente.

E são vários os sintomas do desconhecimento: para 38% das pessoas, o ECA trata especificamente sobre a questão do adolescente em conflito com a lei, e para 36% dos entrevistados a função do Conselho Tutelar é exclusivamente punir tal adolescente (DataSenado, 2010), quando, em verdade, tanto o Estatuto quanto o Conselho têm a função de garantir a proteção integral da criança e do adolescente.

A interpretação dos dados ora destacados demonstra o vazio por trás da estatística de que praticamente 100% dos brasileiros conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente: se a grande maioria já ouviu falar, são poucos aqueles que compreendem seu conteúdo.

O desconhecimento da população sobre tais direitos é ainda mais preocupante ante o fato de que a sociedade, ao lado do Estado e da família, tem a função de garantir a prioridade absoluta de crianças e adolescentes.

Por essa garantia de prioridade absoluta, prevista no artigo 227 da Constituição, todas as crianças e adolescentes devem ter seus direitos protegidos e satisfeitos de forma absolutamente prioritária.

Assim, seja na formulação de leis, na construção de políticas públicas, na elaboração de orçamentos ou em qualquer situação em que crianças e

adolescentes estejam envolvidos, o seu melhor interesse deve ser atendido em primeiro lugar. Ou seja, se a escolha do gestor público for entre a construção de creches ou de estádios, a escolha pela primeira opção é obrigatória.

Apesar da importância da garantia de prioridade absoluta, a grande maioria da população não sabe o significado da expressão (17%) ou não possui compreensão plena de seu conteúdo (83%), conforme dados do Datafolha (2013). Ainda assim, quando apresentados ao conteúdo da garantia de prioridade absoluta, a imensa maioria (94%) dos entrevistados se posiciona a favor do cumprimento da norma, diante da percepção de que isso não está sendo respeitado, nem pelo governo e nem pela sociedade.

A partir dos dados trazidos, verifica-se a urgência da divulgação do conteúdo do direito da criança e do adolescente, especialmente com o fortalecimento das garantias asseguradas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, com a conscientização de que todos – família, sociedade e Estado – são responsáveis pelos direitos da infância.

E é justamente para isso que o projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana [prioridadeabsoluta.org.br] foi criado: com a missão de informar, sensibilizar e mobilizar as pessoas, busca que cada vez mais pessoas sejam defensoras e promotoras dos direitos das crianças, somando-se à luta pela defesa da infância e pela efetivação da garantia constitucional de prioridade absoluta.

foto: Laura Leal/ Instituto Alana

A importância de uma sociedade que entenda e defenda os direitos da criança

AUTOR (ES): **THAÍS DANTAS / PRIORIDADE ABSOLUTA** 01 / ABR / 2016



Em 2015, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 25 anos de existência. Ainda assim, a violação de direitos da infância e da adolescência permanece: a título de exemplo, ainda que o país tenha melhorado as condições de vida de crianças e seja reconhecido pela redução da mortalidade infantil (Ipea, 2014), o número de homicídios de crianças e adolescentes nos últimos 25 anos dobrou (Unicef, 2015).

Dentre os diversos motivos que justificam a não efetivação dos direitos da criança e do adolescente, um ponto pouco citado merece destaque: o desconhecimento dos direitos assegurados em lei e do sistema de garantias existente.

Pesquisa recente (DataSenado, 2015) identificou que, embora 98% da população já tenha ouvido falar do Estatuto, 69% se considera pouco informada sobre os direitos da criança e do adolescente.

E são vários os sintomas do desconhecimento: para 38% das pessoas, o ECA trata especificamente sobre a questão do adolescente em conflito com a lei, e para 36% dos entrevistados a função do Conselho Tutelar é exclusivamente punir tal adolescente (DataSenado, 2010), quando, em verdade, tanto o Estatuto quanto o Conselho têm a função de garantir a proteção integral da criança e do adolescente.

A interpretação dos dados ora destacados demonstra o vazio por trás da estatística de que praticamente 100% dos brasileiros conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente: se a grande maioria já ouviu falar, são poucos aqueles que compreendem seu conteúdo.

O desconhecimento da população sobre tais direitos é ainda mais preocupante ante o fato de que a sociedade, ao lado do Estado e da família, tem a função de garantir a prioridade absoluta de crianças e adolescentes.

Por essa garantia de prioridade absoluta, prevista no artigo 227 da Constituição, todas as crianças e adolescentes devem ter seus direitos protegidos e satisfeitos de forma absolutamente prioritária.

Assim, seja na formulação de leis, na construção de políticas públicas, na elaboração de orçamentos ou em qualquer situação em que crianças e adolescentes estejam envolvidos, o seu melhor interesse deve ser atendido em primeiro lugar. Ou seja, se a escolha do gestor público for entre a construção de creches ou de estádios, a escolha pela primeira opção é obrigatória.

Apesar da importância da garantia de prioridade absoluta, a grande maioria da população não sabe o significado da expressão (17%) ou não possui compreensão plena de seu conteúdo (83%), conforme dados do Datafolha (2013). Ainda assim, quando apresentados ao conteúdo da garantia de prioridade absoluta, a imensa maioria (94%) dos entrevistados se posiciona a favor do cumprimento da norma, diante da percepção de que isso não está sendo respeitado, nem pelo governo e nem pela sociedade.

A partir dos dados trazidos, verifica-se a urgência da divulgação do conteúdo do direito da criança e do adolescente, especialmente com o fortalecimento das garantias asseguradas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, com a conscientização de que todos – família, sociedade e Estado – são responsáveis pelos direitos da infância.

E é justamente para isso que o projeto Prioridade Absoluta do Instituto Alana [prioridadeabsoluta.org.br] foi criado: com a missão de informar, sensibilizar e mobilizar as pessoas, busca que cada vez mais pessoas sejam defensoras e

promotoras dos direitos das crianças, somando-se à luta pela defesa da infância e pela efetivação da garantia constitucional de prioridade absoluta.

foto: Laura Leal/ Instituto Alana

Mais um espaço de diálogo: canal do MIB no youtube

AUTOR (ES): **MIB** 26 / MAR / 2016

Um convite da equipe do Mapa da Infância Brasileira: um espaço para vídeos, entrevistas, cobertura de eventos e outros conteúdos para refletirmos e dialogarmos acerca das inúmeras temáticas da infância.

Por que as crianças têm direitos diferentes dos adultos?

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 30 / JAN / 2016



Embora psicólogos, pedagogos, pediatras e neurologistas demonstrem que crianças e adolescentes são indivíduos em formação, ainda pode ser difícil em alguns momentos vê-los desta maneira. Isso pode ocorrer por diversos motivos. Um deles é a herança histórica que sofremos do pensamento

medieval sobre a infância. Nesta época, concebia-se a criança como pequeno adulto e ela não era levada em conta como ser em desenvolvimento. Tal visão ainda influencia nossa maneira de compreender aspectos da infância atualmente. Ela contribui para que se faça confusão entre desenvoltura e autonomia ou entre agir como um adulto e ser um adulto.

Podemos pensar, por exemplo, na rapidez com que as crianças apreendem determinados usos e funções da tecnologia, difíceis de assimilar para a geração adulta. Isso pode dar a falsa impressão de que, por saberem mais, são inteligentes o suficiente para se virar sozinhos também em outras circunstâncias. Entretanto, retomando este mesmo exemplo, embora sejam eficientes para lidar com o mecanismo tecnológico, ainda não têm capacidade de filtrar criticamente os conteúdos que ele apresenta.

Outro elemento que falseia a ideia de maturidade é a violência social. Muitas vezes ela coloca uma criança ou adolescente na posição de adulto, fazendo com que este assuma responsabilidades para as quais não está preparado. Isso pode levá-lo a presenciar ou executar atos de agressividade que não tem recursos para assimilar. Agir violentamente não é sinal de maturidade e sim de falta de ferramentas mais eficientes de interação.

A visão da criança como adulto anula a sua característica de ser potente em formação. Desconsidera-se assim toda a sua plasticidade, sua possibilidade de transformação e de aprendizado. Deste modo, atos infantis são julgados e pensados como atos autônomos, quando na verdade são parte de um processo de construção de repertório.

Não se pode desconsiderar também que em nosso país a desigualdade social e econômica impede que as oportunidades sejam oferecidas universalmente. O Estatuto da Criança e do Adolescente também não assegura esta igualdade, porém oferece uma referência de ação e enfatiza a primazia que a sociedade, o Estado e a família devem prestar a crianças e adolescentes em relação à garantia de seus direitos.

Impedir que a criança ou o adolescente seja visto da mesma forma que um adulto é uma aposta social na formação desse indivíduo. Isso significa considerá-lo como alguém que está se construindo e que – se tiver seus

direitos atendidos – terá chances de se transformar num cidadão engajado e participativo.

O ECA é um documento histórico que marca grandes avanços na área dos direitos humanos. Dado seu caráter essencial, a análise de todas as dimensões que o tornam relevante seria exaustiva. Refletimos aqui sobre certos aspectos que consideramos importantes e convidamos você a nos dizer o que outros elementos lhe parecem interessantes. Comente e nos conte para que possamos continuar pensando juntos!

Crianças e adolescentes: quais os seus direitos?

AUTOR (ES): **TODA CRIANÇA PODE APRENDER (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO)** 11 / FEV / 2016



Você sabia que às crianças e adolescentes é reservado um lugar especial na lei brasileira? A inclusão do Estatuto da Criança e do Adolescente (que completou 25 anos em julho) na nossa legislação ocorreu em 1990 e foi fruto

de um amplo movimento internacional em que organizações não governamentais elaboraram a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, com a intenção de proteção integral à criança e ao adolescente. Este documento foi aprovado pelas Nações Unidas e ratificado por todos os seus países membros, com exceção dos Estados Unidos e da Somália.

A partir deste movimento, foi formulado no Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que contou com ampla participação de muitos segmentos sociais ligados à infância para ser constituído. A partir desta diversidade de olhares, foram definidos direitos considerados imprescindíveis para o pleno desenvolvimento de crianças de zero a doze anos e de adolescentes de treze a dezoito anos. Após a inclusão deste estatuto, a infância e a adolescência passaram a ter assegurados não apenas os direitos concedidos aos adultos, mas também aqueles que abarcam as necessidades particulares destes períodos de desenvolvimento.

Alguns dos aspectos presentes no ECA são:

Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estado, a sociedade e a família devem ter como prioridade absoluta assegurar às crianças e adolescentes os seus direitos previstos por lei.

Impedir que crianças e adolescentes sejam alvo de toda as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Oportunizar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de crianças e adolescentes.

Prioridade no atendimento em serviços públicos.

Direito de receber auxílio e socorro em primeiro lugar em qualquer circunstância.

Prioridade na formulação de políticas públicas e sociais, incluindo destinação maior de recursos públicos para ações e programas relacionados à infância e à adolescência.

Embora a formulação de leis, convenções e tratados tenha sido muito importante para referenciar políticas públicas e ações no sentido de promover o bem estar na infância, apenas este movimento não basta. É um processo longo e árduo garantir que os direitos previstos pelo ECA sejam de fato postos em prática. Neste caminho, a participação social e governamental é absolutamente imprescindível e o papel do adulto é fundamental, uma vez que crianças e adolescentes não possuem autonomia total para cuidar de si mesmos. Entretanto, é indispensável ensiná-los aos poucos sobre seus direitos para que possam reconhecê-los e se percebam como cidadãos.

Posso Falar? Participação Infantil e Garantia de Direitos

AUTOR (ES): **AVANTE - EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL** 03 / MAR / 2016

O vídeo demonstra as diferentes etapas do projeto Posso Falar? com destaque para a escuta de crianças, metodologia utilizada pela Avante-Educação e Mobilização Social em diversos projetos voltados aos direitos das crianças e dos adolescentes. No projeto, realizado em parceria com CONANDA/SDH a escuta é feita com vistas ao enfrentamento do Trabalho Infantil.

Educação Infantil de Qualidade Paralapracá

AUTOR (ES): **AVANTE - EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL** 03 / MAR / 2016

O programa Educação Infantil do Instituto C&A criou, em parceria técnica com a #AvanteEducaçãoeMobilizaçãoSocial, a tecnologia social do projeto

#Paralapraca, Sua criação partiu do princípio de que “toda criança tem direito a uma escola equitativa, plural e acolhedora – um espaço no qual ela possa contar com a educação e o cuidado apropriados à sua faixa etária e em que seja respeitada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”. O objetivo do projeto tem sido contribuir para a melhoria da qualidade do atendimento às crianças na Educação Infantil, com vistas ao seu desenvolvimento integral.

O vídeo a seguir explica, a partir das experiências das redes municipais de educação, parceiras do projeto, qual a proposta do Paralapraca para uma #EducaçãoInfantildequalidade. Proposta esta que, até o ano passado (2015), era disponível apenas para as redes municipais de educação do Nordeste, por meio de edital. Com a inclusão da tecnologia social do Paralapraca no Guia de Tecnologias do MEC, o projeto ganha um novo formato - Programa Paralapraca Brasil e passa a ser acessível a qualquer município brasileiro que tenha interesse em investir em um atendimento de qualidade às crianças de 0 a 6 anos (Educação Básica)

A tecnologia social do Paralapraca foi transferida para a Avante pelo Instituto C&A, conferindo à instituição um NOTÓRIO SABER na formação continuada de profissionais de Educação Infantil.

#porumaformaçãoocidadã

(conheça os detalhes e saiba como participar:

<http://www.avante.org.br/paralapraca/>).

Construindo uma cultura da ética para as infâncias

AUTOR (ES): **ADRIANA FRIEDMANN** 20 / FEV / 2016



Inúmeros segmentos da sociedade civil vêm lançando luz sobre a área da infância e das crianças. Pais, mães e famílias; psicólogos, educadores e gestores; políticos, profissionais da área da saúde, economistas, empresários e investidores; advogados e arquitetos; gestores culturais, artistas, músicos, profissionais do terceiro setor, de mídia & marketing; produtores culturais nas áreas do cinema, teatro, fotografia, música, literatura infantil e outros espaços lúdicos; estudos, pesquisas e publicações sobre crianças; prêmios, editais, concursos. Enfim, uma lista imensa de atores e segmentos sociais que, a partir de estudos, publicidade, interesses específicos e toda a informação e conhecimento disponíveis, têm colocado o tema da infância e das crianças como prioridade, bandeira e até modismo.

Citemos alguns dos variados aspectos e objetos de interesse que pautam tais agendas: qualidade de vida, a importância de espaços livres e junto à natureza, consumismo e propaganda imprópria, hiperestimulação, pressão escolar precoce, agendas sobrecarregadas, hipnotismo e horas em frente a telinhas de todo tipo, terceirização do cuidado, falta de referências quanto à educação e falta de segurança em inúmeros contextos e situações; alimentação e doenças que afetam gerações contemporâneas; reflexão e busca de um equilíbrio entre o tempo livre e o tempo direcionado na vida das crianças.

Seguem ainda a participação, escuta e observação de crianças em diversos fóruns, o discurso da importância do brincar, das artes e do movimento – nem sempre coincidindo com o que acontece nos cotidianos reais. A exposição de crianças em programas de TV, o trabalho infantil, a violência doméstica, escolar e urbana; as singularidades das crianças e grupos infantis – questões que dizem respeito à inclusão, imigração, doutrinação religiosa, crianças com diversas síndromes ou necessidades especiais etc. Uma relação de temas, realidades e polêmicas que não se esgotam por aqui.

Projetos e programas oficiais, nacionais ou regionais têm sido oferecidos nos mais diversos espaços, ambientes e organizações, assim como uma ampla rede de mobilização e campanhas defendendo direitos na área da infância ganham destaque nas mídias. O foco e os investimentos de esforços e recursos no aprimoramento e adequação de propostas educacionais para as crianças nos séculos XX e XXI, tanto em instituições escolares, espaços públicos e comunitários, quanto a partir de iniciativas não formais, são a tônica neste panorama das infâncias no Brasil e no mundo.

Da mesma forma que há propostas sérias, conscientes e comprometidas, os modismos se instauram e povoam redes sociais, discursos e, muitas vezes, viram ‘oportunidade de negócios’, interesse ou promoção de determinados grupos sociais.

Infelizmente constata-se que – em uma sociedade em que raízes e história são facilmente descartáveis, esquecidas, ‘líquidas’ – tempo, recursos humanos, ideias criativas e adequadas, que dizem respeito à vida das crianças, têm tido vida curta. E quem mais é afetado, afinal, senão as crianças, suas famílias e as comunidades em que vivem, crescem e se desenvolvem?

Neste panorama, uma das questões que mais preocupam é, justamente, o ‘uso’ feito deste segmento da população – as crianças – por parte de inúmeros atores sociais, sem levar em consideração que uma ética, no que diz respeito ao tratamento e às ações voltadas para suas vidas, é questão premente a ser refletida, cuidada, construída e colocada em prática onde quer que elas existam.

Esta discussão – que encontra suas bases na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)[1]; e, sobretudo a partir da violação dos direitos básicos das crianças, em situações cotidianas de violência contra elas - precisa ser olhada e debatida por toda a sociedade, como condição essencial em prol do respeito primordial a toda e qualquer criança, independentemente de raça, cor, religião, condição física, psíquica ou condição social.

Veicular imagens, eventos, depoimentos, falas de crianças ou sobre elas tornou-se tão corriqueiro no cotidiano de todos os cidadãos, que perdeu-se o bom senso e a ética, no que se refere à privacidade e ao respeito pelas vidas infantis. As redes sociais são as que, de longe, lideram esta exposição; seguidas pela mídia, o mercado e o marketing. Até mesmo instituições que têm as crianças como foco do seu trabalho expõem imagens e falas sem considera-las.

A área das Ciências Sociais vem, por meio dos estudos da Sociologia e da Antropologia da Infância, apontar algumas destas questões e construir conceitos que iluminam a importância de se ouvir e observar as crianças a partir da compreensão de que este grupo social tem linguagens e culturas próprias; que são atores sociais e autores das suas próprias vidas; que nós, adultos, pouco conhecemos ou ignoramos. Segmento este que, no atual e complexo panorama universal, abriga uma diversidade infindável de grupos infantis.

A partir do momento em que começa-se a ter consciência da importância de escutar e observar crianças nos seus contextos e territórios cotidianos espontâneos, sem a interferência dos adultos, instaura-se o desafio de uma mudança de postura ética e metodológica: não mais partir das verdades ‘universalmente instauradas’ pelo mundo adulto à respeito das crianças; mas considerar e aprender a escutar e a decifrar o que as crianças vivem, sentem e pensam, a partir das suas próprias vozes.

Estamos aqui falando de respeitar os tempos das crianças, seus ritmos, preferências, medos, frustrações, escolhas. Estamos falando em ‘pedir licença’ para as crianças para adentrar seus universos: seus espaços, seus brincarés, suas produções, suas emoções. Estamos falando de parar de avaliar, classificar, criticar ou tentar ‘modelar’ crianças conforme nossos

padrões adultocêntricos (que podem variar de um contexto a outro) e começar a conhecer seus universos particulares. Estamos falando de acolher as crianças nas suas dores, feridas, conquistas, descobertas, produções e criatividades. Estamos também falando em não tomar decisões unilaterais por elas ou para elas acreditando que as crianças não têm a capacidade de ‘opinar’ sobre suas próprias vidas. Estamos falando em levar em conta suas vozes, incômodos, vontades, limitações, sentimentos, emoções e, sobretudo, potencialidades, com o intuito de repensar e adequar atividades, espaços e programas a elas oferecidos; seja em casa, na escola, no bairro ou na comunidade; no mercado, nas mídias etc.

Longe de afirmar que ouvir e observar crianças signifique ‘fazer suas vontades’; acreditamos que, considerar, levar em conta e incorporar algumas das pistas que as crianças nos dão a partir do seu brincar, das suas produções plásticas e musicais, das suas narrativas, das suas preferências, das expressões dos seus corpos, movimentos e gestos; a partir das ‘falas e mensagens’ que se manifestam através de doenças físicas e psíquicas - feridas ou dores -; potências, preferências, tendências e dificuldades; ouvir e observar crianças de forma ética é um início de estrada a ser trilhado.

Ética é respeito, consideração por um grupo social – neste caso, as crianças - que tem direito a viver significativamente, berço das raízes que irão determinar o ser humano e cidadão em que cada criança tem o potencial e o direito de se transformar.

Há várias formas de adentrar seus universos particulares, começando por pedir licença a cada vez que ficamos próximos, sentamos junto, brincamos, tiramos uma foto ou, de alguma forma, as registramos. Pedir licença vai além: significa estabelecer um diálogo explicando a elas, na medida da compreensão de cada uma, a razão da nossa curiosidade e vontade de conhecer seus mundos. Significa pedir licença para elas nos contarem – claro que a partir das suas linguagens expressivas próprias – o que vivem, o que sentem, do que gostam, seus lugares cotidianos, seus hábitos, suas preferências, seus amigos, seus afetos, etc. E, sobretudo, pedir licença para partilhar estes saberes infantis com outros adultos.

É necessário, porém, chamar a atenção a alguns equívocos e desvios veiculados quando se fala ou se trabalha com crianças e/ou para crianças.

Alguns grupos - inclusive de especialistas na área da infância - têm trazido a 'participação infantil' como uma bandeira e defendido a mesma em diversos fóruns, sobretudo políticos. A meu ver, esta continua sendo uma forma de violação dos seus direitos por aqueles que acreditam estar defendendo os mesmos: mais uma vez, é o adulto incentivando ou empurrando as crianças a participarem ou a se colocarem, não de forma espontânea, mas em situações que, naturalmente, não são espaços de crianças nem para crianças.

Em alguns países ou culturas, movimentos e vozes infantis nascem a partir das próprias crianças, sobretudo pelas condições de vida, trabalho, violência e exploração a que estão expostas. É preciso muito cuidado para revermos certas práticas e movimentos que têm surgido de uma vontade dos adultos, afirmando que 'as crianças são protagonistas'. Precisamos deixar de 'usar' as crianças. Elas naturalmente participam e estão sendo protagonistas nos seus cotidianos e territórios próprios. Somos nós adultos, pais, educadores e outros atores preocupados com as crianças que não as estamos escutando, compreendendo e muito menos respeitando seus espaços e tempos onde e quando elas se colocam permanentemente e das formas mais inusitadas.

Algumas ideias sobre como chegar aos universos das crianças – e isso não significa que elas irão aceitar! –: propor a criação de mapas ou maquetes dos seus entornos, da sua rua, do bairro ou cidade onde moram; brincar de faz-de-conta ou criar e apresentar uma peça de teatro retratando seus cotidianos ou emoções; criar histórias, histórias em quadrinhos, produções plásticas ou musicais; escrever ou desenhar suas histórias. Fotografar, filmar ou desenhar elas mesmas e seus pontos de interesse. Há inúmeras e sérias iniciativas de escuta e observação que vêm sendo desenvolvidas neste sentido, assim como a oferta de oportunidades de tempos e espaços de expressão. Muitas delas podem ser conhecidas no Mapa da Infância Brasileira.

Adriana Friedmann - Doutora em Antropologia (PUC-SP), Mestre em Educação (UNICAMP) e Pedagoga (FEUSP). Especialista, palestrante e consultora nas temáticas da infância e do brincar. Criadora e coordenadora do Mapa da Infância Brasileira www.mapadainfanciabrasileira.com.br e do NEPSID – www.nepsid.com.br (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Simbolismo, Infância e Desenvolvimento). Coordenadora e docente de cursos de Pós Graduação. Autora de vários livros na área, dentre eles, "Linguagens

e culturas infantis”, “O desenvolvimento da criança através do brincar” e “A arte de brincar”.

[1] Vide ‘Nossa Bandeira’ na plataforma do MIB.

Fonte:

<http://www.promenino.org.br/noticias/colunistas/construindo-uma-cultura-da-etica-para-as-infancias>

Diversidade: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

AUTOR (ES): **VÍDEOS CRP - SP - PROGRAMA DIVERSIDADE** 16 / FEV / 2016

Vídeo publicado pelo programa TV Diversidade do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O programa Diversidade há 14 anos leva para a tela do Canal Universitário temas que ainda precisam ser superados pela sociedade brasileira, para que o ser humano seja valorizado e respeitado em suas diferenças.

**PALAVRAS-CHAVE DIREITOS
HUMANOS ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
POLÍTICAS PÚBLICAS
PSICOLOGIA**

[Compartilhar](#)

O prato azul pombinho

AUTOR (ES): **SESC TV** 01 / FEV / 2016

Super Libris é um programa que fala sobre literatura brasileira, mas não de forma professoral. Aqui autores são tão importantes quanto gente que vende, gente que conserva, gente que faz e gente que ama o livro.

Neste vídeo, a jornalista Gabriela Romeu apresenta a resenha do livro "O prato azul-pombinho", livro em que Cora Coralina traz a infância dela a partir de suas memórias. Ilustrações de Lúcia Hiratsuka.

Conheça o Super Libris: <http://superlibris.sesctv.org.br>

Todos juntos somos fortes, todos nós no mesmo barco

AUTOR (ES): **ADRIANA FRIEDMANN** 25 / NOV / 2015



A comunidade do MIB vem crescendo dia a dia. E hoje é dia de comemorar e agradecer.

Comemorar o fato de tantas pessoas sensíveis e criativas promoverem ações, programas e atividades para as crianças neste imenso e complexo Brasil. Agradecer a todos os membros que vêm se somar a esta comunidade e compartilhar tantas experiências especiais entre seus contatos e redes.

Nesta página do Face, a equipe do MIB divulga e leva a conhecimento de todos os interessados, as inúmeras iniciativas que impactam a vida das nossas crianças. Esta é a porta de entrada para esta comunidade.

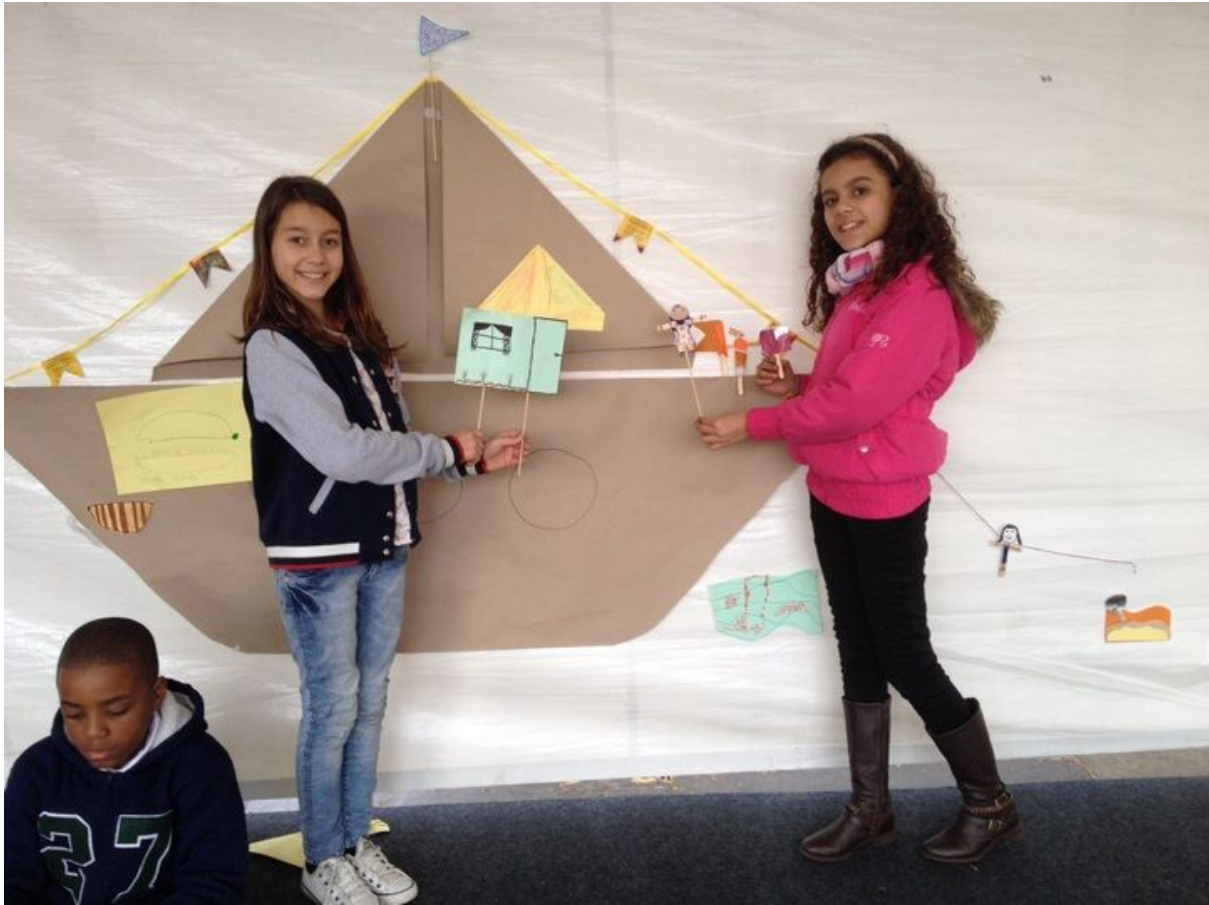
Mas tem mais: para dar vez e voz aos atores sociais e autores de tantas ações inspiradoras, o MIB criou a Plataforma Colaborativa de Aprendizagem www.mapadainfanciabrasileira.com.br. É ali que começamos a ter uma perspectiva da potência que tem, poder visualizar, conhecer, aprofundar e congrega tantos atores que conquistam cotidianamente com suas ações, espaços nas infâncias de tantas crianças.

O MIB acredita que a disseminação de experiências, conhecimentos, os diálogos, as trocas, os apoios e o movimento conjunto desta comunidade tão diversa e rica, é o que terá força para inspirar, aprofundar e multiplicar iniciativas que impactam a qualidade de vida das crianças.

Venha fazer parte do MIB e partilhar sua iniciativa e reflexões!!

Sua iniciativa não pode ficar fora do mapa!

AUTOR (ES): **MIB** 02 / DEZ / 2015



60 iniciativas já estão cadastradas no Mapa da Infância Brasileira, entre elas Plataforma dos Centros Urbanos - UNICEF, Criança Segura, Projeto Compromisso Vivo - IFAN, Programa Paralapraca - Avante, Rede Nacional Primeira Infância, Espaço Imaginário, IPA Brasil, Periferia em Movimento, Território do Brincar, Instituto Alana, Ateliê Azu, Movimento Boa Praça, Sacolão das Artes, PingPoint, Projeto Criança Fala, A Brinquedoteca, e muitas outras!

Veja quem já está no Mapa.

O Mapa da Infância Brasileira quer dar visibilidade às iniciativas de coletivos, instituições, fundações, redes, órgãos públicos, ONGs e OSCIPs, cujas ações podem promover impacto em âmbitos regionais e nacional. Não importa a abrangência nem o tamanho, o importante é dar visibilidade a todos aqueles que, de alguma forma, estão desenvolvendo ações voltadas para as crianças brasileiras.

O intuito mais e mais é que as iniciativas possam dialogar e pensar em ações e campanhas conjuntas, unir esforços para uma causa comum: as crianças brasileiras.

Você que já é membro-navegante, mas ainda não inseriu sua iniciativa ou conteúdos, não deixe para 2016. Assim, irá aproveitar as novidades à vista!

Porque nesta plataforma todos os que vêm olhando para as crianças têm voz e vez!

A plataforma colaborativa do MIB começa sua travessia

AUTOR (ES): **MIB** 02 / DEZ / 2015



Inspirados pelos inúmeros grupos que vêm desenvolvendo ações, muitas delas desconhecidas ou 'invisíveis' que impactam no cotidiano a vida de inúmeras crianças por este Brasil; e observando, no decorrer da história dos inúmeros ativistas que, através de redes, ONGs, OSCIPs, comunidades, fundações, programas e atividades, têm, com imensos esforços, desenvolvido propostas para melhorar o cotidiano da vida de tantas crianças desde a

educação, a saúde, a cultura, a arte, os espaços etc.; nasceu o Mapa da Infância Brasileira.

O MIB – carinhosamente apelidado – nasceu de uma primeira cartografia em 2013, caminhou para uma página no Facebook em 2014 – na qual divulgamos, diariamente, iniciativas e ideias inspiradoras de todos os cantos do nosso Brasil.

Em setembro passado, lançamos a Plataforma Colaborativa de Aprendizagem, com o intuito de convidar os diversos atores a mostrar e contar sobre suas iniciativas, suas ideias, seus trabalhos. Inspirar e sermos inspirados. E, sobretudo, unir esforços para potencializar ideias, recursos e programas que garantam, efetivamente, que as crianças brasileiras tenham oportunidades e acesso aos seus direitos básicos de serem crianças e viverem suas infâncias.

Navegando na Plataforma e pelas rotas do MIB você chegará ao encontro de muitos temas relevantes na área da infância. Vozes, Cidade, Expressões, Diversidade e Transformação são algumas destas rotas – temas pulsantes na área da infância – e com a colaboração de todos os atores, outras rotas devem surgir.

Inserindo sua iniciativa, ela aparecerá automaticamente no Mapa. Entre e descubra quem já faz parte!

Atores, autores de referência vêm contribuindo com suas reflexões através de artigos e com suas pesquisas. Você pode ser um deles!

Seus eventos têm também espaço para serem disseminados e conhecidos na área.

Nossa Bandeira convida ao debate sobre a Ética na Cultura da Infância. Vamos dialogar à respeito e levar estas ideias para os diversos grupos?

Em breve iremos inaugurar nosso Mural de Trocas. Afinal, em qualquer comunidade, todos temos necessidades, mas também muito a oferecer! Fique atento!

Juntar esforços para fortalecer as ações voltadas às crianças

AUTOR (ES): **MIB** 24 / NOV / 2015



A partir do lançamento da Plataforma Colaborativa Mapa da Infância Brasileira, o MIB promoveu, dia 12 de Novembro passado, o 2º Encontro de Especialistas, na sede do Instituto Alana. Participaram representantes de várias iniciativas que trabalham, desde vários segmentos, em prol da melhoria da qualidade de vida das crianças brasileiras. Com o intuito de celebrar e unir esforços, reunimos importantes atores de ONGs, fundações, coletivos, redes e poder público.

“Parceria e trabalho conjunto é o compromisso compartilhado entre indivíduos e instituições, baseado em valores, visão e objetivos comuns para a realização de intervenções que contribuam para o desenvolvimento do potencial inerente a um grupo ou território.” Assim, Anna Helena Altenfelder, superintendente do CENPEC, inspirou o grupo, tecendo reflexões sobre o desafio de atores diversos dialogarem e se mobilizarem em torno do tema da infância e das crianças. Estas ideias foram objeto de debate, na sequência, em pequenos grupos compostos por atores de setores diversos.

Participaram deste encontro representantes de: Abrinquadoteca, Aliança Pela Infância, Ateliê AZU, CENPEC, ComKids, Conselho da Infância e da

Adolescência, Criacidade, Doutores da Alegria, Fundação Abrinq, IPA Brasil, Instituto da Infância, Instituto Alana, Instituto Elos, Juntos.com.vc, Movimento Boa Praça, OMEP, OS - Santa Catarina, Palas Athena, Periferia em Movimento, Plan Brasil, Projeto Casulo, Rebrinc, Sacolão das Artes, São Paulo Carinhosa, Território do Brincar e UMAPAZ.

“Promover esta união em torno de um objetivo comum. Vai chegar um momento, independente se existe a rede da primeira infância ou outras redes, que nós desta plataforma vamos eleger uma causa prioritária.” Marilena Flores, IPA Brasil.

“Cultura e infância, bem como cultura da infância, como podemos fomentar isso? Tudo isso para poder despertar o ser, ajudar a criança a ter acesso ao que ela precisa para brincar, ao verde, à cultura, à arte, ser um cidadão completo.” Wellington Nogueira, Doutores da Alegria.

“Vamos utilizar o Mapa, ter mais clareza de cada iniciativa, conhecer mais a plataforma. Antes de agir, levantar indicadores, colher dados concretos e mapear global e localmente. Conhecer os espaços ao redor de onde a gente vive é importante, e com isso influenciar as políticas públicas.” - Leandro Araújo, Ateliê Azu, representando grupo de trabalho.

“(Temas da infância a serem cuidados) Formação profissional que lida diretamente com as crianças até os seis anos de idade; Questão da violência em suas diferentes formas; O fortalecimento de vínculos familiares da estrutura familiar; Sensação de pertencimento comunitário; Criança ser enxergada como sujeito de direitos; Manifestações culturais para valorização da diversidade; E a relação direta do genocídio, sobretudo da juventude preta, pobre e periférica.” Thiago Borges, Periferia em Movimento, representando grupo de trabalho.

Veja algumas fotos do encontro aqui.

‘Slow-Parenting’ ou ‘Movimento dos Pais sem Pressa’

AUTOR (ES): **CAROLINA PRESTES YIRULA**



Qual a sua lista de atividades para hoje? Provavelmente, será imensa e o tempo disponível não dará conta das tantas tarefas a serem cumpridas. Se você morar em um grande centro urbano, então, esqueça. A probabilidade de realizar tudo aquilo a que se propôs será ainda menor, já que o ritmo da cidade e as expectativas geradas em torno do ‘fazer’ são incompatíveis com aquilo que está ao alcance de uma pessoa ‘comum’, dentro das suas 24h diárias.

Vivemos em um mundo que valoriza a velocidade, a produtividade e a quantidade. É preciso entregar o máximo possível, em tempo recorde. Trata-se da lógica capitalista, que rege a sociedade de consumo, na qual estamos todos inseridos.

Esse ritmo veloz interfere em nossa relação com o mundo e com nossos pares, afeta, inclusive, a possibilidade de conhecermos – e respeitarmos – nosso próprio tempo. Viver sob essa constante pressão também abre caminhos para que sentimentos como a ansiedade, a angústia e a desmotivação se manifestem.

Dentro dessa dinâmica acelerada, a competitividade assume papel relevante. São muitas empresas, muitos produtos, muitos funcionários, muitas tarefas: é preciso ser o melhor, sempre. E esse recado é reforçado pelo discurso publicitário, que cria expectativas irreais, ao apresentar um modelo de “perfeição” para tudo e todos que participam da sociedade. A “família perfeita”, o “pai perfeito”, a “mãe perfeita”, o “filho perfeito”, o “funcionário perfeito”, a “casa perfeita”, o “carro perfeito” e daí em diante.

É preciso ser perfeito. Os pais vivem essa pressão e, pensando em preparar o filho para o mundo, também desejam que eles alcancem a perfeição. Contudo, a ideia de perfeição construída pela indústria da propaganda, em dialogia com o mercado, pode ser extremamente cruel e não endereçar as reais necessidades do humano, tanto em sua fase adulta, como também na infância.

Pensando em dar o melhor aos filhos, os pais estão incentivando o **superagendamento da infância**. Crianças de 3 anos dividem-se entre a escola, aulas de natação, inglês e música. Mas, será realmente necessário estabelecer essa rotina intensa e corrida? Será que o ritmo da criança acompanha as exigências de horários e atividades desta agenda?

Para a psicóloga Adriana Fóz, coordenadora do Projeto Cuca Legal (UNIFESP), é preciso respeitar o tempo da criança. “Até os 5 anos os estímulos têm que ser mais naturais e, dos 6 aos 12, pode-se pensar em aprender de forma mais sistematizada, porém, sempre respeitando o ritmo e as escolhas da própria criança”, afirma a psicóloga.

Esse respeito ao tempo da criança exige um exercício profundo, que deve começar quando o bebê ainda está na barriga. Os pais mostram-se ansiosos desde a concepção do filho e criam muitas expectativas em torno da maternidade/paternidade e da vida futura desta criança que, diga-se de passagem, mal chegou ao mundo. Na cabeça deles, precisam ser “superpais” e criar ‘superfilhos’.

Esse comportamento conversa com o modelo de vida que nos é imposto (e que deve ser questionado). Alguns estudiosos, como o jornalista canadense Carl Honoré, passaram a pensar respostas a esse estilo de vida ultra-acelerado. Honoré foi um dos precursores do movimento

“**Slow-Parenting**”, cujo objetivo é desacelerar a rotina dos pais, para que consigam conhecer a si e, principalmente, conhecer e respeitar o tempo da criança. Pais ansiosos certamente passarão tal sentimento aos filhos.

Honoré explica que a ideia do “Slow” não significa ir “a passos de tartaruga”, mas sim encontrar o tempo certo para realizar determinadas atividades. Devido à ansiedade em dar sempre as melhores oportunidades aos filhos, os pais tendem a antecipar descobertas que aconteceriam naturalmente em outro momento, provavelmente com mais sentido e com maior potencial para um real aprendizado.

O Movimento Slow também questiona a relação entre quantidade e qualidade. É preciso tempo para descobrir o mundo e crianças sabem disso; elas são naturalmente exploradoras, têm impulso por conhecer tudo o que as cerca e o farão, mas no tempo delas. Portanto, uma agenda lotada não necessariamente significa mais oportunidades para um desenvolvimento saudável, que garantirá melhores oportunidades no futuro. Muito pelo contrário. O superagendamento pode interferir no desenvolvimento da criança, impossibilitando espaços para o exercício da criatividade e gerando ansiedade e estresse, por exemplo.

Por isso, é essencial que os pais escutem suas crianças e entendam como elas apreendem os estímulos externos. O tempo da criança, que surge dela própria, é fundamental para o desenvolvimento e a construção de sua autonomia e identidade.

A verdade é que, em tempos de aceleração da vida, deixar crianças serem crianças parece algo extremamente estranho, quando deveria ser tão simples e natural.

Para o Pedagogo Paulo Fochi, um dos porta-vozes do Movimento Slow-Parenting no Brasil, educar passou a ser compreendido como um empreendimento do futuro. “Os pais entendem agendas lotadas como sinônimo de qualidade de vida”.

Em busca de oferecer o melhor, questionam-se: “Quais serão os novos produtos, aulas e afazeres que o mercado criou para o meu filho?” – Com essa pergunta, que tem sua origem na lógica do consumo, acabam colocando

a criança no ritmo do capital e interferindo naquilo que ela tem de mais genuíno: a espontaneidade!

Fochi defende que o tempo livre é essencial: “São nesses momentos que a criança irá experimentar, testar, abandonar, retomar um projeto. O tempo dá espaço para o inédito.”

Os pais precisam permitir aos filhos que construam suas próprias histórias. Crianças com rotinas que reproduzem agendas da vida adulta são submetidas a estilos de vida que podem interferir em sua autonomia, em sua autodescoberta e na descoberta do mundo.

O Slow-Parenting, portanto, configura-se como um movimento que incentiva o tempo livre e que busca equilibrar as expectativas familiares e as reais necessidades da criança. Defende a ideia da valorização dos pequenos prazeres em família.

Para desacelerar a rotina das crianças, porém, os pais precisam pensar em como estão organizando suas próprias vidas, o que estão priorizando e como estão se relacionando consigo mesmos.

Carolina Prestes é formada em Comunicação Social pela ESPM-SP. cursou especialização em Comunicação Mídia, Informação e Cultura pela ECA-USP e atualmente é pós-graduanda em Infância, Educação e Desenvolvimento Social pelo Instituto Singularidades. É editora do Blog 'Além dos Muros da Escola' e integra a equipe de Educação e Cultura da Infância do Instituto Alana.

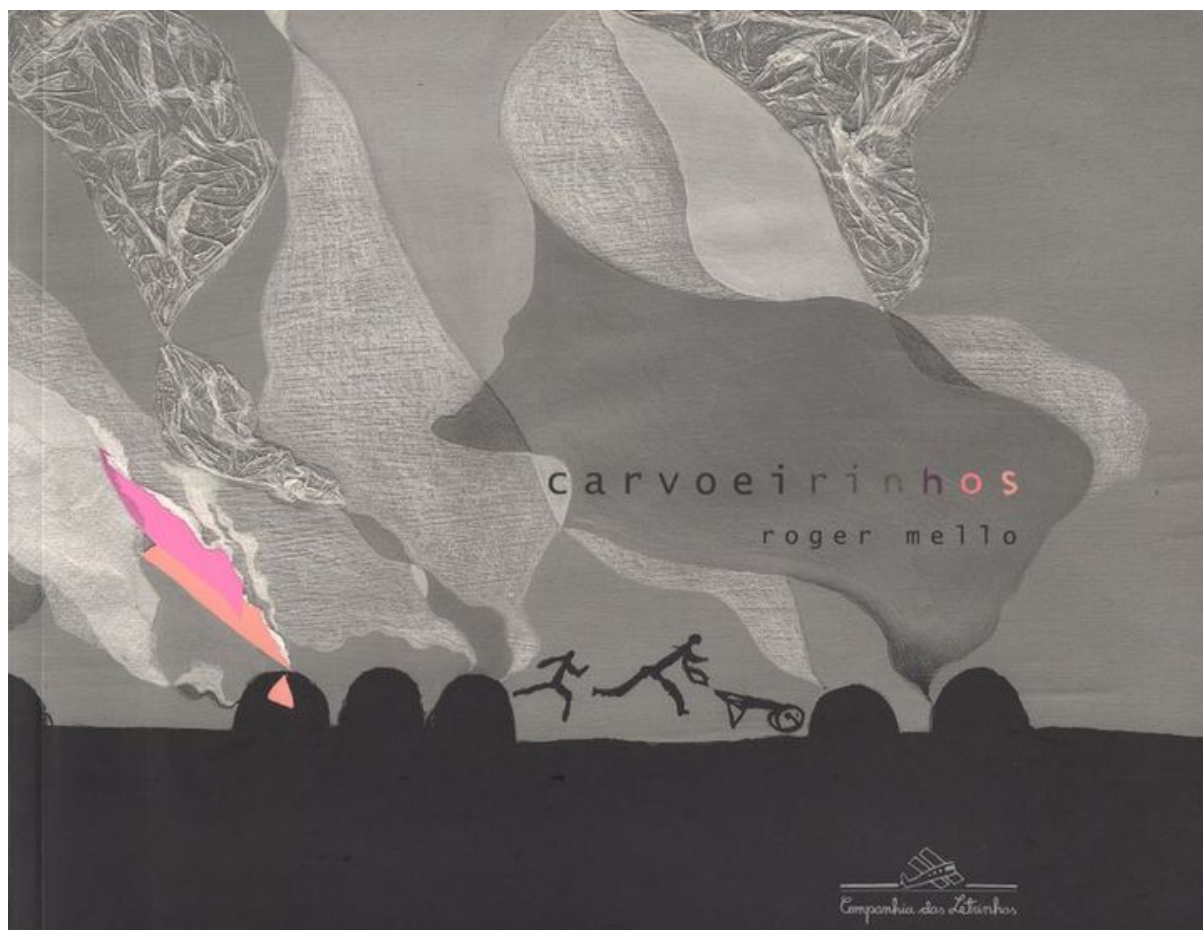
Publicado originalmente no Blog 'Além dos Muros da Escola' -
<http://bit.ly/1FDaXfk>



slow -pixabay - 001. (255.7 Kb)

Problemas Sociais nos Livros Ilustrados de Roger Mello

AUTOR (ES): **CAMILA CASTRO**



A atuação dos ilustradores brasileiros na literatura infantil tem propiciado aos leitores de todas as idades diversas experiências estéticas, contribuindo para a educação do olhar e possibilitando diferentes interpretações de mundo. Não é a toa que nomes como o de Roger Mello ultrapassem as fronteiras e estão fazendo sucesso em outros cantos do mundo. No ano passado, o brasileiro recebeu o Hans Christian Andersen na categoria ilustração, prêmio considerado o Nobel da literatura infantil e juvenil, e montou uma exposição sobre temas recorrentes em sua obra, que viajou pela Alemanha e que também foi exibida no Japão e na Coreia do Sul.

Conhecido por seus livros com temáticas da cultura e da arte popular, com animais e plantas do cerrado, e também por ter representado diferentes personagens do folclore brasileiro, Roger Mello é um artista plural. Por gostar

de se expressar de diferentes formas, propõe narrativas visuais únicas, com propostas estéticas variadas, sem seguir um padrão ou uma classificação, característica que rendeu a qualidade de “experimental” à sua obra. Neste caso, a palavra “experimental” deve ser compreendida como “característica daquilo que proporciona experiências significativas”.

Nos livros em que Roger Mello assina como ilustrador e autor, o experimentalismo é encontrado tanto na proposta temática (narrativa verbal) como no exercício plástico-estético (narrativa visual e proposta gráfica). Sobretudo no caso dos livros que falam sobre problemas sociais complexos como morte, solidão, trabalho infantil etc., as ilustrações promovem sensações e sinestesia que ressignificam o tema abordado de modo que o leitor entra em contato com as questões sociais colocadas e, ao mesmo tempo, tem a oportunidade de experimentar aquele universo, sendo convidado, ainda que de forma subjetiva e abstrata, a pensar em empatia, alteridade, direitos humanos e outros mundos possíveis.

PROBLEMAS SOCIAIS NA OBRA DE ROGER MELLO

Um exemplo de livro autoral de Roger Mello que apresenta como temática um problema social e tem proposta estética a possibilidade de experimentação - que por sua vez permite uma ressignificação do tema - é o livro *Carvoeirinhos*. Publicado em 2009 pela Companhia das Letrinhas, o livro ilustrado de Roger Mello tem como pano de fundo a denúncia do trabalho infantil nas carvoarias.

A história é contada pelo narrador e personagem marimbondo, que relata suas experiências enquanto observa o cotidiano das crianças. O leitor conhece o trabalho árduo de se fazer fornos, a realidade dessas crianças e os medos relacionados à necessidade de se escapar de fiscais e de se manter nesse trabalho.

Publicado em capa dura e em brochura, as ilustrações do livro ocupam página dupla e são imagens expressivas feitas com papeis recortados e amassados, principalmente, nas cores preta e de diferentes tons de cinza, captando o cotidiano duro, desolador, efêmero e cinzento das carvoarias. Para representar o fogo, os papeis utilizados são nas cores laranja, vermelha e rosa choque, fazendo contraste com as outras cores.



Página livro
Carvoeirinhos

Em uma sequência de página dupla, há uma proposta de metáfora visual sinestésica: quando o marimbondo-narrador fala sobre o fogo e de como ele se espalhou rapidamente, Roger Mello propõe uma experiência tátil-visual para o leitor. Os papéis escolhidos para compor a ilustração são mais finos e recortados em forma de labaredas. A escolha de papéis das cores laranja, vermelha e rosa choque aplicados sobre a folha preta causa a sensação de ardência nos olhos e nas mãos desse leitor, que é levado pelas palavras a imaginar que se trata realmente de uma “brasa chama fagulha, chama faísca, flama, língua, labareda, incêndio, fogaréu”.



Página livro
Carvoeirinhos

Duas casas, duas maneiras de falar com as crianças sobre separação

AUTOR (ES): **CRISTIANE ROGERIO**



Ah, ah, se a gente pudesse evitar falar sobre assuntos difíceis com as crianças. Por mais bem-resolvidos que sejamos, está aí um sentimento legítimo que pinta no coração de qualquer adulto que deseje a felicidade de um pequeno. Os temas difíceis de conversar são desafios que, em um primeiro momento, nos parecem intransponíveis. Doença, morte, separação dos pais... Mas há muita ajuda da boa nos livros.

Há alguns anos fui surpreendida com o livro *Dois De Cada* (ed. Ática), da inglesa Babette Cole. Lançado aqui em 1998, conta o dilema de dois irmãos que não aguentam mais ver seus pais brigarem. Eles nunca concordavam em nada, e Babette vai nos revelando detalhe em texto e desenhos, com seu típico traço de humor e seu medido desprezo pelo politicamente correto. Superconhecida pelo clássico *Mamãe Botou um Ovo* (onde ela arrisca falar sobre a origem dos bebês!), em *Dois de Cada* ela mostra a iniciativa das duas crianças em pedir ajuda e chegarem a uma conclusão inusitada: “des-casar” os pais. Com padre, festa e tudo o mais. As últimas cenas remetem ao nome do livro: os filhos ganham duas casas interligadas por um túnel secreto. Solução com uma dose de nonsense e fantasia, nos causando (sim, em nós,

os adultos) reflexões sobre o quanto teimamos em não descomplicar nossas questões.

Pois este mês eu me deparei com um presente. Chama-se Lá e Aqui (Ed. Pequena Zahar), veio em formato de livro, com os traços sempre delicados, emocionantes e únicos do mestre Odilon Moraes, em parceria de texto com Carolina Moreyra, que, com ele, já lançou o bellissimo O Guarda-Chuva do Vovô (DCL).



Livro Lá e Aqui

Narra a história de um menino, um pai, uma mãe e uma casa. Havia junto cachorros, peixes, sapos, flores: tudo que um menino precisava.

Um dia, uma chuva forte, mas bem forte mesmo, abalou as estruturas desta casa.

As flores murcharam, o jardim morreu...

... e a casa ficou vazia.

Os peixinhos foram morar nos olhos úmidos da minha mãe.

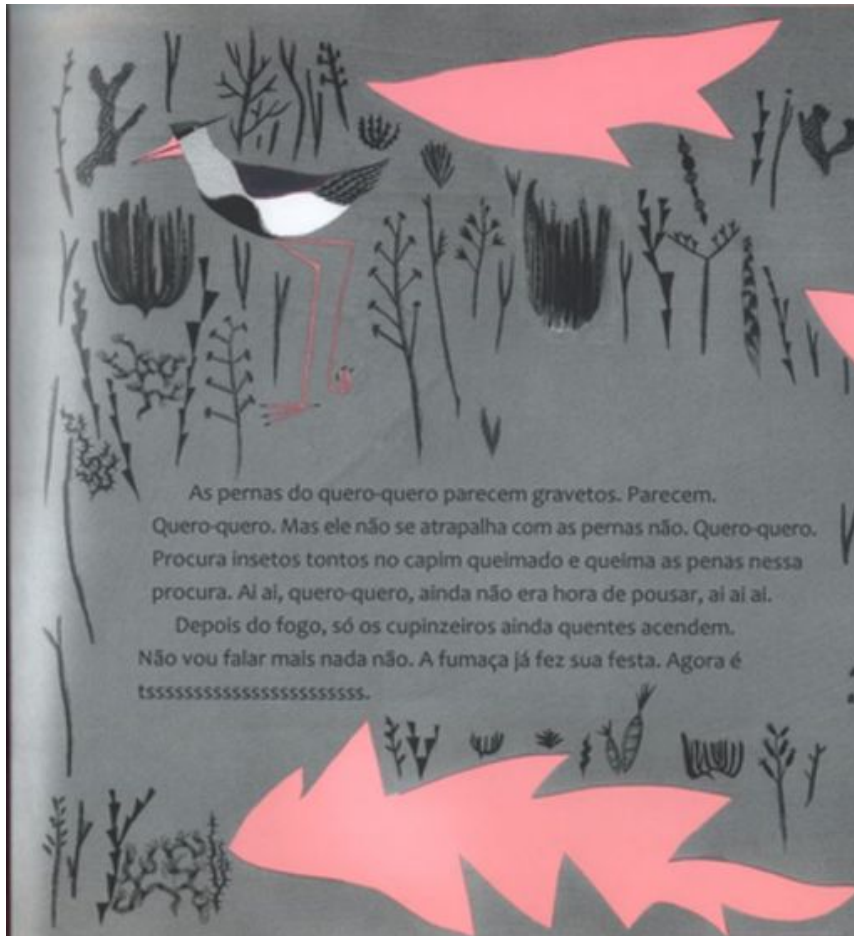
Os sapos levaram os ensopados pés de papai para longe.

Como uma criança pode elaborar a separação dos pais? Por uma atitude brincante como a proposta de Babette Cole? Ou pela poesia, pelo simbólico, pela emoção em metáforas como a imaginada por Odilon e Carolina?

A casa de Lá e Aqui se transformou em duas também. Uma Lá com a mãe. Outra Aqui, com o pai. Um dia, o menino está Lá. Outro dia, está Aqui. O acolhimento ele busca sempre e é desafio para quem cuida dos dois lugares. De que maneira fazer isso bem cabe aos personagens (dos livros ou de nossas vidas). Mas a possibilidade de transver o mundo (lembrando Manoel de Barros, claro) com os olhos do humor ou os olhos da emoção é talento de todo artista e tarefa de todo educador. Para as famílias que enfrentam estas mudanças, para quem está por perto, para provocar compaixão. Afinal, é tudo poesia para gente se relacionar melhor, enxergar o outro, nos tornarmos mais humanos. Um brinde às possibilidades. De livros, de casas, de viver.

Fonte: Esconderijos do Tempo:

<http://esconderijos.com.br/duas-casas-duas-maneiras-de-falar-com-as-criancas-sobre-separacao/>



Página livro
Carvoeirinhos

Em outra ilustração, mais uma experiência tátil-visual é proposta ao leitor. A imagem mostra a sala dos caldeirões dos fornos de carvão e a lava saindo de dentro desses caldeirões. Nesse caso, as folhas dessas páginas apresentam uma leve aspereza e a técnica utilizada para pintar a lava, os caldeirões e os fornos faz com que o leitor experimente uma sensação de calor quase insuportável.



Página livro
Carvoeirinhos

Trata-se, portanto, de uma verdadeira obra artístico-social que parte de uma narrativa gráfica-verbo-visual para falar de um problema social complexo com leitores de todas as idades. Especialmente na literatura infantil, é frequente os livros que levam os leitores a uma exaustivas histórias com repetição de padrões, universos e temas que reforçam estereótipos. Entretanto, há autores, ilustradores e ilustradores-autores como Roger Mello que não julgam falar de trabalho infantil impróprio, mas preferem mostrar realidades que façam imaginar e pensar que outro mundo é possível.

Camila Castro trabalha como editora e formadora de mediadores de leitura. Beletrista formada na USP, fez pós em jornalismo pela Cásper Líbero e mestrado em Livros e Literatura Infantil e Juvenil pela Univesitat Autònoma de Barcelona. Apaixonada pelo tema "Literatura infantil e sociedade", decidiu tornar internacional o desejo de falar dos livros infantis nacionais que abordam problemas sociais complexos. Este texto faz parte do trabalho final

do máster, intitulado "Os caminhos experimentais dos livros álbuns de Roger Mello".

Texto originalmente publicado em Estúdio Voador:
<http://www.estudiovoador.com/blog/roger-mello>

Que lindo seria se nós pudéssemos ensinar a nossas crianças que é preciso esperar

AUTOR (ES): **CAROLINA DELBONI**



Criança não espera. Elas enlouquecem a gente até que cedemos e damos algo, literalmente, pra que fiquem quietas. Mas nós adultos já aprendemos a esperar (e aprendemos quando criança). Hoje, nossa espera é vivida. A deles é com o iPad ou a TV na cara ligada - e com som ainda. Pais não sentam mais a mesa num restaurante sem que antes já liguem o desenho para a criança. Muitas vezes colocam o iPad dentro do prato.

Simbolicamente, estão trocando os alimentos. Alimentar uma criança com comida é alimentá-la com amor e de amor. Alimentá-la com imagens e sons de iPad é alimentá-las de impaciência, falta de respeito, falta de dialogo, falta de interação e principalmente, falta de tédio. Porque pode ser extremamente

tedioso ficar a mesa "sem fazer nada" esperando a comida chegar. Mas é nessa espera que aprendemos a transformar tédio em algo maior como a conversa com os pais.

Recentemente saiu uma entrevista muito interessante no R7 (que repercutiu pacas em sites e blogs), onde a médica fonoaudióloga carioca Maria Lúcia Novaes Menezes fala da quantidade assustadora de crianças que têm recebido em seu consultório com a queixa de não se comunicarem por volta dos 2/3 anos de idade. Ela diz que em 80% dos casos a criança simplesmente não fala porque não recebe estímulos dos pais. Porque não existe dialogo, não existe troca. Existem ipads nas mesas dos restaurantes e com isso crianças que crescem mudas e sem a capacidade de aprender a esperar.

Aparentemente, tentar agradar toda hora (ou muitas vezes temer o próprio filho) é o primeiro passo pra rejeição. Você tira dele a possibilidade de fazer ninhos, fazer laços. A criança se isola primeiro dos pais e logo mais do restante da família e até mesmo dos amigos. Ela perde, aos poucos, a capacidade de se relacionar e se comunicar. Acredite se quiser, tudo isso porque interrompemos o processo da espera. Porque estamos sempre ansiosos para preencher o tempo de nossos filhos e não deixa-los entediados. Etimologicamente, o verbo "esperar" vem de "esperança" que significa contar com, confiar em. Quando a criança espera e tem pais ao lado dela reafirmando a necessidade da espera, ela ganha confiança. E um pouquinho de tédio não mata ninguém ;)

Ah, a espera.... Que lindo seria se nós pudéssemos ensinar a nossas crianças que é preciso esperar as pessoas saírem do elevador antes de nós entrarmos, que é preciso esperar os que estão na nossa frente para chegar nossa vez, que é preciso esperar todos terminarem na mesa para poder levantar, que é preciso esperar crescer para ter o que se quer... Que é preciso aprender a esperar para respeitar o próximo, para convivermos, minimamente, melhor num mundo onde não existe mais o outro porque o "eu" é tão imediatista que se eu não suprir minhas vontades já eu morro. Daí ensinamos nossas crianças que o outro não importa, que conseguimos fácil e rápido tudo que queremos com um gritar, com um chique. Tiramos a espera e junto tiramos a possibilidade da conquista. Ganhar de mão beijada não tem

graça. Logo a criança encosta e pede outro e a insatisfação vai crescer. E para suprir será cada mais difícil.

A espera gera expectativa do que está por vir. Espera gera respeito, gera noção do próximo, gera dialogo, gera estímulos, gera confiança, gera amizades e, com certeza, gera um mundo melhor. Desculpem a frase feita, mas é isso mesmo: crianças que aprenderem a esperar vão aprender a viver em sociedade e na sociedade. Como parte dela e não no centro dela. Requisito básico para um futuro que todos queremos.

Fonte: Brasil Post:

http://www.brasilpost.com.br/carolina-delboni/esperaaaaaa_b_6591386.html

Do que as crianças gostam

AUTOR (ES): **VERONICA ESTEVES DE CARVALHO**

Do que as crianças gostam

por Veronica Esteves de Carvalho
blog *ninguém cresce sozinho*

Crianças gostam de companhia, carinho e cumplicidade; gostam de conversar sobre a vida, de perguntar e ser respondidas.

Crianças gostam de afeto;
gostam quando compartilham histórias; dividem sentimentos, dúvidas e satisfazem suas curiosidades.

Crianças também gostam de ficar um pouco quietas, no seu canto;
gostam de sonhar, imaginar, brincar e falar sozinhas.
Crianças gostam de descobrir e ser descobertas, tudo no seu tempo;
gostam de experimentar e perceber o que lhes toca, desperta interesse.

Crianças gostam de ser respeitadas em sua maneira de ser.
Crianças gostam de ser criança!

<http://ninguemcrescesozinho.com>



Do que as crianças gostam